



Tomás Fraga Pereira
**A transformação ideológica dos partidos
de centro-direita: o caso do PSD**

UMinho | 2023



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Tomás Fraga Pereira

**A transformação ideológica dos partidos de
centro-direita: o caso do PSD**

Braga, maio de 2023



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Tomás Fraga Pereira

**A transformação ideológica dos partidos de
centro-direita: o caso do PSD**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência política

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professora Doutora Sandrina Ferreira Antunes

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual

CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Ao Fraga e à Maria, pela eterna companhia.

À Adelaide e ao Baltasar, pelo pilar.

À Professora Sandrina, com sentida gratidão, sem esquecer os meus Rafas, de coração.

Totus tuus, Maria.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

A transformação ideológica dos partidos de centro-direita na Europa tem sido um fenómeno relativamente pouco estudado, apesar de seu papel historicamente significativo na construção e consolidação da ordem democrática e liberal no *Velho Continente*. A literatura recente tem tentado explicar o fenómeno ponderando, essencialmente, fatores externos, tais como transformações socioeconómicas ocorridas nas últimas décadas, orientados para o longo-prazo. No entanto, essas explicações são insuficientes para justificar os distintos padrões de evolução ideológica desses partidos, no curto-prazo.

Esta dissertação tem como objetivo identificar e explicar a evolução do posicionamento ideológico do Partido Social Democrata (PSD), entre 2015 e 2019. O estudo de caso concentra-se na análise das mudanças ocorridas no posicionamento ideológico geral do partido, bem como nas suas posições referentes ao eixo económico e social, assim como em relação à questão específica da imigração.

Neste sentido, são formuladas duas perguntas centrais de investigação: (1) Como evoluiu o posicionamento ideológico do PSD entre 2015 e 2019? e (2) Que fatores explicam a transformação ideológica do PSD entre 2015 e 2019? A primeira pergunta tem uma função descritiva e procura identificar as mudanças ocorridas no posicionamento ideológico do partido, enquanto a segunda tem uma função explicativa e busca entender o que motivou essas mudanças. O estudo desenvolve um quadro analítico assente na teoria integrada de objetivos e mudança partidária de Harmel e Janda (1994), que sistematiza tanto os fatores contextuais internos quanto os externos, para explicar a transformação ideológica do PSD entre 2015 e 2019. Na articulação de dados quantitativos e qualitativos, os resultados indicam que o PSD se moveu para a esquerda, tornando-se mais centrista no seu posicionamento ideológico geral e económico. Embora tenha normalizado seus valores no eixo GAL TAN, evoluindo ligeiramente para a direita, o partido tornou-se mais progressista e menos restritivo em relação à imigração. Estes factos contradizem as expectativas identificadas na literatura e reforçam a conclusão de que é necessário considerar tanto os fatores internos quanto os externos para explicar a transformação ideológica desses partidos.

Deste modo, este estudo identifica e explica a transformação ideológica do PSD 2015 e 2019, consagrando-se num contributo analítico e empírico para a literatura

Palavras-chaves: centro-direita; PSD; transformação ideológica.

ABSTRACT

The ideological transformation of centre-right parties in Europe has been a relatively understudied phenomenon, despite their historically significant role in building and consolidating the democratic and liberal order in the *Old Continent*. Recent literature has attempted to explain this phenomenon by essentially weighing external factors, such as socio-economic transformations that have occurred in recent decades, focused on the long term. However, these explanations are insufficient to justify the distinct patterns of ideological evolution of these parties in the short term.

This dissertation seeks to investigate the evolution of the ideological positioning of the Partido Social Democrata (PSD) between 2015 and 2019. The case study focuses on analyzing the changes that occurred in the party's overall ideological positioning: it assesses its positions on the economic and social axis, as well as on the specific issue of immigration.

In this sense, two central research questions are formulated: (1) How did the ideological positioning of the PSD evolve between 2015 and 2019? and (2) What factors explain the ideological transformation of the PSD between 2015 and 2019? The first question is descriptive and seeks to identify the changes that occurred in the party's ideological positioning, while the second is explanatory and seeks to unveil the determinants of these changes. The study develops an analytical framework based on Harmel and Janda's integrated theory of party goals and party change (1994). In doing so, we were able to consider both internal and external contextual factors to explain the ideological transformation of the PSD between 2015 and 2019. The results indicate that the PSD moved to the left, becoming more centrist in its overall ideological and economic positioning. Although it normalized its values on the GAL TAN axis, evolving slightly to the right, the party became more progressive and less restrictive regarding immigration. These facts contradict the expectations of some literature and reinforce the conclusion that it is necessary to consider both internal and external factors to explain the ideological transformation of these parties.

In sum, this study identifies and explains the ideological transformation of the PSD between 2015 and 2019, establishing itself as an analytical and empirical contribution to the literature.

Keywords: centre-right; PSD; ideological transformation

LISTA DE ABREVIATURAS

A - Aliança

AD - Aliança Democrática

BE - Bloco de Esquerda

CH - Chega

CDS - Centro Democrático Social

CDS-PP - CDS- Partido Popular

CDU - Christlich-Demokratische Union Deutschlands

CHES - Chapel Hill Expert Survey

CMP - Comparative Manifesto Project

CPN - Comissão Política Nacional

FMI - Fundo Monetário Internacional

GAL/TAN - Green-Alternative-Libertarian/Tradicional-Authoritarian-Nationalist

IL - Iniciativa Liberal

LR - Les Républicains

PAF - Portugal à Frente

PCP - Partido Comunista Português

PP - Partido Popular

PPD - Partido Popular Democrático

PPM - Partido Popular Monárquico

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

PSD - Partido Social Demócrata

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Posicionamento ideológico do PSD entre 2014 e 2019.....	38
Gráfico 2: Posicionamento ideológico do PSD entre 2002 e 2019.....	39
Gráfico 3: Posicionamento ideológico do PSD entre 2015 e 2019.....	40
Gráfico 4: Posicionamento Imigração do PSD entre 2015 e 2019.....	41

INDÍCE

INTRODUÇÃO.....	1
Contextualização e Pertinência do tema	1
Contributo para a Literatura	2
Pergunta(s) de Investigação e Hipótese de Trabalho	6
Metodologia e Desenho de Investigação	7
<i>Método: Estudo de Caso</i>	7
<i>Delimitação Temporal</i>	8
<i>Dados utilizados</i>	9
<i>Estrutura da Tese</i>	11
CAPÍTULO I: A TRANSFORMAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS: O CASO DOS PARTIDOS CENTRO-DIREITA NO CONTEXTO DAS DEMOCRACIAS EUROPEIAS	13
1.1. Partido de centro-direita: definição	15
1.2. A transformação ideológica dos partidos de centro-direita	21
1.3. Síntese conclusiva	23
CAPÍTULO II: MODELO-TEÓRICO DE ANÁLISE.....	24
2.1. A Teoria Integrada dos objetivos e mudança partidária: conceitos centrais, assunções e pressupostos	24
2.2. A teoria integrada dos objetivos e mudança partidária: o modelo de análise.....	27
2.2.1. Fatores internos.....	27
2.2.2. Fatores externos	28
2.3. Síntese conclusiva	29
CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO	30
3.1. A génese do PPD/PSD: A tríade fundadora.....	30
3.2. Sá Carneiro e a Aliança Democrática: “Um Presidente, uma maioria e um Governo”.....	33
3.3. Do “Bloco Central” ao “Cavaquismo”: O regresso da Direita.....	33
3.4. De Nogueira a Ferreira Leite: A longa travessia no deserto.....	35
3.5. Do “passismo” à atualidade: A herança da troika	36
3.6. Síntese conclusiva	37
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	38
4.1. Análise descritiva	38

4.2.	Análise explicativa.....	42
4.2.1.	Fatores internos.....	42
4.2.1.1.	<i>Mudança de liderança</i>	42
4.2.1.2.	<i>Mudança de facção dominante</i>	45
4.2.2.	Fatores externos.....	48
4.2.2.1.	<i>Alternância no governo e alteração dos padrões de interação entre os partidos</i>	48
4.2.2.2.	<i>Ascensão de novos partidos políticos</i>	50
4.2.2.3.	<i>Resultado Eleitoral negativo do partido</i>	52
4.2.2.4.	<i>Choque externo</i>	54
4.3.	Discussão dos resultados.....	54
	CONCLUSÃO	58
	BIBLIOGRAFIA	62

INTRODUÇÃO

Contextualização e Pertinência do tema

Perante um contexto de transformação dos sistemas partidários europeus, a academia destacou a transformação ideológica de um dos pilares fundamentais dos mesmos no pós-Guerra: os partidos social-democratas, de centro-esquerda. Tendo sido, a crise da social-democracia, objeto de amplo debate (Kitschelt, 1994; Kalyvas, 1996; Skowronek, 2009; Jensen, 2014; Gidron & Ziblat, 2019; Abou-Chadi & Wagner, 2019; Abou-Chadi & Werner Krause, 2021; Abdou, Bale & Geddes, 2022). Em virtude da menor atenção a que foram vetados, fruto de um processo de erosão mais gradual, os partidos de centro-direita são, por muitos, encarados enquanto imutáveis e estáveis (Bale & Kaltwasser, 2021).

Caracterizados pela integração de diversas correntes de direita no seu ceio, desempenharam um papel fundamental nos governos europeus, contribuindo, através da incorporação da direita nos sistemas democráticos, para a construção e manutenção da ordem liberal e democrática (Gidron & Ziblat, 2019).

Na atualidade, a partir do seu âmago marcadamente heterogêneo e plural, acentua-se o pendor conflitual, perante um contexto de crescimento de visões contrastantes no seio dos partidos de centro-direita (Gidron, 2020; Bergman & Flatt, 2021). Através do aumento das tensões ideológicas que ameaçam os equilíbrios que este conjunto de partidos vem construindo, entre diferentes correntes de direita, desde o pós-guerra, este pilar dos sistemas democráticos europeus fica em causa (Bale & Kaltwasser, 2021).

Embora sublinhando que a transformação ideológica dos partidos não é um fenómeno recente, ou pouco usual, este reveste-se de particular relevância analítica no contexto da atualidade dos partidos de centro-direita, na medida em coloca em causa a estabilidade democrática europeia.

Na conjuntura descrita, os partidos de centro-direita têm apresentado respostas profundamente distintas entre si. Os padrões de evolução ideológica deste conjunto de partidos têm sido marcadamente heterógenos, não se tornando possível prever um rumo específico de evolução dos mesmos. Ao contrário de explicações assentes em paradigmas sistémicos, orientados para o longo-prazo, tal como as propostas por Bale & Kaltwasser (2021), assim como as orientadas para agendas temáticas específicas (Schumacher & Kersbergen, 2016; Abou-Chadi & Krause, 2020; Hadj-Abdou, Bale & Geddes, 2021), a

compreensão das transformações que estes partidos têm operado requer um olhar focado em fatores contextuais externos e internos aos partidos políticos.

É, de resto, neste contexto que se insere o estudo de caso do Partido Social Democrata (PSD).

As suas características permitem que se caracterize enquanto um partido de centro-direita. No entanto, em virtude do seu percurso histórico e político, que se confunde com o do regime democrático português, o PSD caracteriza-se de um modo ainda mais vincado pela sua heterogeneidade e indefinição ideológica (Lisi, 2011). O papel da sua liderança e da proximidade ao poder adquiriram, historicamente, um papel marcante no partido (Silva & Silva, 2019).

Isto coloca o seu posicionamento ideológico numa condição de maior suscetibilidade a transformações. Num período da sua história recente em que se vê arredado do poder, ao mesmo tempo em que termina uma liderança marcante (a segunda mais longa da sua história), justifica-se que se olhe para a transformação ideológica do PSD.

Acresce, ainda, o facto de o fenómeno da transformação ideológica do partido, compreendido no período entre 2015 e 2019, não se encontrar abordado a partir de uma perspetiva descritiva e explicativa na literatura, suficientemente abrangente. Por outro lado, a compreensão da transformação ideológica ocorrida no PSD, durante este período, sustenta a pertinência empírica do presente trabalho. Assim, atendendo às falhas identificadas na literatura, este estudo identifica e explica a transformação ideológica do PSD, entre 2015 e 2019, consagrando-se num contributo analítico e empírico para a literatura.

Contributo para a Literatura

O fenómeno da transformação ideológica recente dos partidos de centro-direita no contexto das democracias europeias, tem sido analisado, sobretudo, a partir de duas perspetivas distintas. A primeira procura entender a transformação ideológica deste grupo de partidos a partir de um conjunto de transformações socioeconómicas, ocorridas na Europa ocidental, tal como constata Green-Pedersen, 2019. É, por isso, uma abordagem de índole sistémica e sociológica, onde a mudança partidária é resultado de *um processo externo* aos partidos políticos, que imprime um sentido específico, gradual e cumulativo, no que diz respeito à evolução do seu posicionamento ideológico. No fundo, esta perspetiva sustenta que as transformações socioeconómicas ocorridas no ambiente externo determinam a mudança

de todos os partidos no decorrer de um processo de sentido unívoco, independentemente das especificidades internas.

A segunda, por sua vez, encontra justificação na alteração das estruturas de competição partidária, isto é, procura explicar as transformações do posicionamento ideológico dos partidos de centro-direita através da interação com os restantes partidos, e do impacto referente ao papel dos partidos de extrema-direita (Meguid, 2008; van Spanje, 2010; Han, 2015; Wagner & Meyer, 2017; Abou-Chadi & Krause, 2020). Geralmente, este grupo de perspetivas apresentam um foco temático específico. Isto é, abordam a transformação do posicionamento dos partidos de centro-direita em relação a um tema ou evento em concreto (Hadj-Abdou, *et al*, 2021). Este conjunto de obras incidem sobretudo em temáticas como a imigração ou o ambiente, deixando, de lado, uma abordagem transversal e geral ao fenómeno da transformação ideológica dos partidos em questão.

No fundo, a primeira abordagem exprime, por um lado, uma orientação exclusivamente sistémica e orientada para o longo prazo, e a segunda, por outro, uma orientação temática específica, afinada.

Estas perspetivas, embora distintas, são complementares. A primeira opera um argumento numa lógica “bottom-up” e a segunda “top-down” (Green-Pedersen, 2019). No entanto, o que estas perspetivas partilham é o facto de não terem em conta os fatores internos dos partidos enquanto elementos essenciais para a compreensão do modo como se transformam. Quando combinadas, tornam-se insuficientes para explicar o fenómeno em questão. Esse aparenta ser o caso da mais recente obra a propósito da temática, publicada por Bale & Kaltwasser (2021).

No capítulo específico dedicado à transformação ideológica dos partidos de centro-direita, Abou-Chadi & Krause (2021) descrevem a revolução pós-materialista e a contra-revolução pós-materialista enquanto o fator explicativo das tensões e transformações ideológicas observadas nos partidos de centro-direita. Isto é, apresentam uma tendência sistémica, de índole sociológica, enquanto motor de um processo de transformação e adaptação, gradual, dos partidos de centro-direita aos choques externos oriundos das pressões motivadas pela ascensão e institucionalização de novos grupos e clivagens sociais.

A par deste argumento, introduzem a perspetiva que entende o papel de um partido rival de Direita Radical Populista, ou Extrema-Direita, enquanto, igualmente, relevante para a transformação destes partidos (Abou-Chadi & Krause, 2020). Segundo os autores, este argumento explica a tendência de redução do pendor conservador dos partidos de centro-direita, ao mesmo tempo que reforçam a sua

posição mais autoritária, no que diz respeito a questões pós-materialistas, assim como em relação à imigração. Por outro lado, o estudo não conclui a existência de um padrão na evolução do posicionamento ideológico geral dos partidos de centro-direita, não avançando com nenhuma justificação que explique o facto de os padrões de transformação destes partidos se revelarem tão heterogéneos.

Recorrendo, a título de exemplo, aos dados do *Chapell Hill Expert Survey* (CHES), em que 0 representa o valor mais à esquerda possível e 10 o oposto, é possível verificar que, no que diz respeito ao posicionamento ideológico geral, o *Partido Popular* (PP), em Espanha, assim como o principal partido de centro-direita francês, Les *Républicains* (LR), apresentam, em 2019, o valor mais à Direita desde o começo do século (8,03 e 7,87, respetivamente)¹. Pelo contrário, a *Christlich Demokratische Union* (CDU), alemã, apresenta, considerando o mesmo período temporal, na base de dados em questão, o seu valor mais à Esquerda (5,85)¹.

Não negando, pelo contrário, a importância e validade do argumento apresentado pela literatura dominante, de que o enquadramento sistémico e os rivais de extrema-direita, ou direita populista, impactam o posicionamento ideológico dos partidos, este apresenta-se enquanto ponto de partida parcial, aplicando-se, sobretudo, em análises focadas no longo-prazo. Este mesmo, não explica a divergência e variação nos padrões de transformação ideológica observados e ignora a ação do partido enquanto fator relevante na interação com as transformações externas.

De facto, estas abordagens desconsideram um conjunto de fatores internos e externos que, em maior ou menor grau, vêm sendo testados empiricamente enquanto relevantes para a explicação da transformação ideológica, no curto/médio-prazo. Embora dispersos na literatura, contamos enquanto relevantes o papel das lideranças, de revisões constitucionais (Harmel & Janda, 1994), do sistema eleitoral (*Ibidem*, 1994), do sistema de financiamento partidário (*Ibidem*, 1994), dos padrões de interação entre os partidos (Green-Pedersen, 2019), dos padrões de alternância partidária no governo (Harmel & Janda, 1994; Breyer, 2022; Schumacher, de Vries & Vis, 2013; Fagerholm, 2015), dos resultados eleitorais do partido (Harmell & Janda, 1994; Somer-Topcu and Zar, 2014; Fagerholm, 2015) e do contexto de crise económica, social e/ou política de curto/médio-prazo (Fagerholm, 2015).

¹ Os dados podem ser encontrados aqui: <https://www.chesdata.eu/ches-stats>. Consultado a 20 de abril de 2023.

Partindo do geral para o particular, olhando para o estudo específico da transformação ideológica do PSD, a dispersão de contributos é similar. Não é possível encontrar obras que procurem especificamente descrever e explicar a transformação ideológica do PSD, no período compreendido entre 2015 e 2019. De resto, o estudo de caso do PSD não figura entre os vários analisados na obra específica sobre a temática (Bale & Kaltwasser, 2021).

Apenas se abordam, a partir de estudos das eleições legislativas de 2019 (Fernandes, 2020; Jalali, *et al*, 2020), alguns dos desafios e transformações ocorridas no partido, durante o período mencionado, sem qualquer pretensão explicativa a propósito do fenómeno em estudo.

Patrícia e Tiago Silva (2019), num trabalho coordenado por Vasco Ribeiro e João Santana, analisam a transformação ideológica do partido, apenas, no período anterior ao mencionado, a partir, unicamente, de dois fatores em análise: os resultados eleitorais e a mudança de liderança.

Perante a dispersão de contributos a propósito da explicação da transformação ideológica dos partidos de centro-direita, torna-se necessário adotar um modelo analítico que congregue e sistematize, com a devida sustentação teórica, fatores explicativos internos e externos, orientados para o curto/médio-prazo.

É neste sentido que se justifica o recurso à teoria integrada dos objetivos e mudança partidária (Harmel & Janda, 1994). A aplicação deste modelo teórico permite, precisamente, suprir as insuficiências apontadas ao atender à combinação de fatores internos e externos para a compreensão do fenómeno em análise, permitindo sistematizar os contributos mais recentes, anteriormente identificados.

A teoria enunciada entende a transformação do partido enquanto resultado de um processo descontínuo, fruto de decisões partidárias, relacionadas com os objetivos do partido. Neste sentido, a mudança não é algo que ocorra por si só, em sentido unívoco ou independente da ação do partido, mas sim, resultado, por um lado, de fatores internos, tais como a mudança de liderança e a mudança de fação dominante e fatores externos para a mudança, nos quais se enquadram os contributos previamente referidos (*Ibidem*, 1994).

A transformação ideológica é encarada, portanto, não enquanto resultado de um processo passivo, de adaptação sistémica, mas como decorrente do modo como o partido interpreta o conjunto de estímulos que o rodeia (Janda, 1990). As *dinâmicas internas* (atores e equilíbrios institucionais) são, deste modo, relevantes para interpretar as mudanças das organizações partidárias, em geral, e dos partidos de centro-direita, como o caso do PSD.

Destaca-se, portanto, o contributo analítico resultante da aplicação da teoria integrada dos objetivos e mudança partidária. Este permite suprir as insuficiências apontadas ao atender à combinação de fatores internos e externos orientados para a compreensão do fenómeno em análise, explicando os padrões heterogéneos, divergentes, de transformação ideológica verificados no curto-prazo. A par deste elemento, a aplicação do modelo fornece um quadro a partir do qual se sistematizam os contributos mais recentes, empiricamente testados. Isto permitirá, ao contrário de trabalhos com orientação exclusivamente sistémica e orientada para o longo prazo, ou por outro lado, com uma orientação temática específica, fornecer um quadro analítico aplicável ao intuito explicativo da dissertação, permitindo a justificação e compreensão da transformação ideológica do PSD num horizonte de curto-prazo, entre 2015 e 2019.

Salienta-se, ainda, o contributo empírico, resultante da realização de um estudo de caso, à cerca da realidade do PSD, compreendida no horizonte temporal de 2015 a 2019. A dupla lógica (descritiva e explicativa) da aplicação do estudo de caso, não apenas permite uma compreensão detalhada do contexto onde o partido atua, como permite suprir o vazio existente a propósito da compreensão da transformação do posicionamento ideológico do partido, no período em questão - explicando o sentido de evolução divergente verificado entre os partidos de centro-direita, assim como em relação ao expectado por parte da perspetiva de Abou-Chadi & Krause (2021).

Pergunta(s) de Investigação e Hipótese de Trabalho

Esta dissertação tem como propósito identificar (Pergunta 1) e explicar (Pergunta 2) a transformação do posicionamento ideológico do PSD, entre 2015 e 2019.

Neste sentido, são formuladas duas perguntas centrais de investigação, que surgem em função dos dois objetivos centrais da análise:

Pergunta 1: Como se transformou o posicionamento ideológico do PSD, entre 2015 e 2019?

Pergunta 2: Que fatores explicam a transformação ideológica do PSD, entre 2015 e 2019?

A primeira pergunta tem uma função descritiva e procura identificar as mudanças ocorridas no posicionamento ideológico do partido, enquanto que a segunda tem uma função explicativa e busca identificar os fatores internos e externos que motivaram essa transformação.

A hipótese a ser testada é a de que a transformação ideológica do PSD, ocorrida entre 2015 e 2019, é explicada através da combinação variável de fatores contextuais internos e externos.

Metodologia e Desenho de Investigação

Método: Estudo de Caso

A epistemologia descreve o modo como a realidade é percebida pelo investigador. Assim, o posicionamento epistemológico assume particular relevância para a compreensão de como o investigador pretende alcançar o conhecimento e, por consequência, a compreensão da realidade.

A presente investigação insere-se no âmbito do interpretativismo. Esta corrente entende que a realidade é criada através do conjunto de interações entre os sujeitos e o mundo ao seu redor. Neste caso, a realidade não existe se não existirem essas mesmas interações. As experiências, conhecimentos e sentimentos influenciam a interpretação do sujeito. Por conseguinte, o foco deste tipo de investigação assenta normalmente no nível individual, tendo em conta a constatação da impossibilidade de generalizações.

Uma das marcas distintivas do interpretativismo, nomeadamente em relação ao positivismo, reside na introdução de riqueza e detalhe nos *insights* coletados, em vez de tentar fornecer leis definidas e universais que possam ser generalizadas e aplicáveis a todos os casos, independentemente de variáveis e fatores-chave contextualmente relevantes.

Deste modo, o fenómeno em análise, o da transformação ideológica dos partidos de centro-direita é analisado descendo ao nível do partido, o PSD, no caso, procurando os fatores contextuais que permitam explicar, com detalhe, o sentido da sua transformação, perante a evidência da falibilidade de prescrições generalizáveis para a explicação da transformação ideológica no conjunto desta tipologia de partidos.

É no seguimento do anteriormente exposto que se justifica a opção pelo método de investigação em causa. O método de investigação proposto é o de um Estudo de Caso.

Ora, segundo Yin (1994), a necessidade de realização de um estudo de caso surge, por um lado, quando o investigador tem pouco controlo sobre o evento e se foca num fenómeno contemporâneo no âmbito

de um contexto da vida real e, por outro, quando a investigação é orientada por questões de “como” ou “porquê”, que comportam finalidades exploratórias, descritivas e explicativas, o que se verifica no estudo de caso proposto.

Deste modo, diríamos que, segundo o mesmo autor, um estudo de caso designa uma investigação aprofundada de um fenómeno no seu contexto natural, que utiliza variadas fontes de evidencia empírica sendo guiado por uma estrutura teórica ou hipóteses explicativas.

O presente estudo, por sua vez, comporta uma finalidade exploratória através da natureza do instrumento em questão, que permite analisar, detalhadamente, a transformação do posicionamento ideológico do PSD - entre 2015 e 2019.

Comporta uma finalidade descritiva na medida em que pretende, num primeiro plano, descrever e identificar essa mesma transformação. E, por fim, uma finalidade explicativa e analítica, ao procurar identificar os fatores explicativos que permitem compreender as transformações ideológicas observadas.

Esta escolha metodológica justifica-se, igualmente, pela necessidade de olhar para um número mais alargado de fatores, em profundidade, indo ao encontro do entendimento das motivações que conduzem o processo de transformação ideológica.

A seleção do caso é correspondente à busca por um aspeto bem definido de um episódio histórico selecionado para análise em função da sua relevância científica. No caso do PSD, entre 2015 e 2019, analítica e empírica.

Delimitação Temporal

Um caso é entendido enquanto um fenómeno espacialmente enquadrado, observado num determinado período, através de um estudo concentrado numa unidade relativamente delimitada. Com o intuito de reforçar a solidez metodológica da presente dissertação importa, por isso, balizar temporalmente, de forma clara e justificada, o caso em análise.

No que diz respeito à delimitação temporal do fenómeno em causa, o da transformação do posicionamento político do PSD, entende-se o período compreendido entre as eleições legislativas de 2015 e as eleições legislativas de 2019.

Importa clarificar, inicialmente, a opção por períodos eleitorais. A transformação ideológica designa a diferença entre qualquer tipo de alteração no posicionamento ideológico do partido medida no momento t e $t+1$ (Janda, 1990). No entanto, quando estão em causa partidos políticos competitivos a comparação deve ser estabelecida entre atos eleitorais, na medida em que estes representam os momentos em que os partidos manifestam essas mesmas alterações (Janda, 1990).

A opção pela baliza temporal descrita obedece essencialmente a dois fatores.

O primeiro relacionado com a realidade do partido em questão. As suas características internas colocam o PSD numa condição de maior suscetibilidade a transformações do seu posicionamento ideológico. Num período da sua história recente em que se vê arredado do poder (após as eleições legislativas de 2015), ao mesmo tempo em que termina uma liderança marcante (a segunda mais longa na sua história), tornam o período em causa particularmente suscetível à ocorrência do fenómeno em questão. O pós-legislativas de 2015 marca o começo dessas transformações e as legislativas de 2019 são o momento em que podem ser verificadas as consequências desses acontecimentos.

Acresce, ainda, o facto de o fenómeno da transformação ideológica do partido, compreendido no período entre 2015 e 2019, não se encontrar abordado a partir de uma perspetiva descritiva e explicativa na literatura. A compreensão das transformações ideológicas ocorridas no PSD, durante este período, sustenta a pertinência empírica do presente trabalho.

Dados utilizados

Este trabalho de investigação tem, essencialmente, dois objetivos. O primeiro é descritivo, observando e expondo a evolução do posicionamento ideológico do partido. O segundo, analítico, com o intuito de compreender os fatores que permitem explicar o sentido dessa transformação. Para o efeito, é utilizado o recurso a uma combinação de dados quantitativos e qualitativos, expostos em seguida.

Para que se cumpra o propósito descritivo é necessário operacionalizar as dimensões do posicionamento ideológico, a analisar. Para o efeito, recorreremos tal como supracitado, à análise de duas grandes dimensões (a dimensão esquerda-direita e GAL-TAN)², complementando-as com a análise de um eixo de menor dimensão, que adquire particular relevância no contexto da compreensão da evolução dos partidos de centro-direita e que não se encontra contemplada no seio de nenhuma das clivagens anteriormente referidas: a imigração³.

Para a aferição da evolução do posicionamento político do PSD, nas dimensões referidas, são utilizados dados quantitativos de duas bases de dados: CHES⁴ e Comparative Manifesto Project (CMP)⁵.

Neste sentido, será efetuada uma comparação individual das diferentes dimensões e categorias do CMP e do CHES. Esta aproximação metodológica permite robustecer as conclusões retiradas. Ambas coincidem com a operacionalização proposta à cerca das dimensões em análise, referentes ao posicionamento ideológico dos partidos políticos⁶.

No que diz respeito à componente analítica desta investigação, assente em fatores contextuais internos e externos, conforme proposto pelo modelo teórico de análise, a recolha de dados qualitativos é realizada com recurso a uma combinação de fontes primárias e secundárias.

As primeiras são utilizadas para a análise dos fatores contextuais internos, permitindo, através das declarações do próprio Rui Rio, compreender o que a sua ascensão à liderança e a mudança de feição dominante do partido, comportariam para o caso em estudo.

² A sigla GAL-TAN designa, em Inglês, *green, alternative, libertarian-traditionalist, authoritarian, nationalist*.

³ A imigração é considerada pela literatura um dos temas, em particular, em relação aos quais se espera que os partidos de centro-direita, se radicalizem, no atual contexto de transformação dos sistemas partidários (Bale & Kaltwasser, 2021; Abdou, *et al.* 2021)

⁴ A base de dados pode ser encontrada aqui: <https://www.chesdata.eu/ches-stats> .

⁵ A base de dados pode ser encontrada aqui: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard_dataset/.

⁶ Para efeitos de aferição do posicionamento do PSD referente à dimensão da imigração, no âmbito do CMP, são selecionados os indicadores imigração: positivo; imigração: diversidade.

Contam-se, por isso, entre as fontes primárias, as declarações de Rui Rio em entrevista ao DN, em novembro de 2016; a declaração de candidatura a 10 de novembro de 2017; em entrevista à RTP, a 16 de janeiro 2018; em entrevista à Agência Lusa, setembro 2019.

A seleção das mesmas corresponde a quatro períodos fundamentais dos anos em análise, na presente dissertação. A primeira corresponde ao período anterior à candidatura, a segunda descreve o ato de candidatura, a terceira o momento de ascensão à liderança e a última, o momento imediatamente posterior ao desafio à sua liderança e anterior ao ato eleitoral. A análise do fator da mudança de fação dominante é, ainda, complementada, com o recurso a fontes secundárias, nomeadamente à cobertura jornalística (mormente a realizada pelo Diário de Notícias) e aos dados fornecidos pelo próprio site do PSD (referentes à composição dos principais órgãos do partido), que permitem descrever os equilíbrios internos e as movimentações do aparelho partidário em torno da constituição de fações.

A análise dos fatores contextuais externos é realizada com recurso a fontes secundárias, assentes em trabalhos de investigação previamente realizados.

Estrutura da Tese

A presente dissertação estrutura-se em torno de cinco capítulos fundamentais. Inicia-se com a exposição do tema no **capítulo I**, deixando clara a pertinência do estudo do fenómeno da transformação ideológica dos partidos de centro-direita, definindo o que entende por transformação ideológica e por um partido de centro-direita. Deixa ainda, clara, a relação entre o tema, em geral, e o estudo de caso do PSD, em particular.

Posteriormente, o **capítulo II** apresenta o modelo teórico de análise. A apresentação divide-se em dois pontos. O primeiro analisa os conceitos, assunções e pressupostos do modelo, evidenciando o seu potencial explicativo, e o segundo expõe o quadro analítico resultante da aplicação do mesmo.

O **capítulo III** centra-se no estudo de caso: O PSD. Tem como objetivo fornecer uma contextualização histórica e política da evolução do PSD. Esta análise permite perceber quais as especificidades do partido em questão, que relevam para a justificação da escolha do mesmo.

De seguida, **o capítulo IV** apresenta e discute os dados recolhidos mediante a aplicação do modelo teórico de análise, em resposta às perguntas de investigação.

Por fim, a dissertação encerra com **a conclusão**, onde se destaca o principal argumento do trabalho, assim como futuras vias de investigação.

CAPÍTULO I: A transformação ideológica dos partidos: o caso dos partidos centro-direita no contexto das democracias europeias

Para compreender de que modo esta tipologia de partidos se vem transformando do ponto de vista ideológico no tempo recente, e em que medida essa análise se constitui relevante para a comunidade científica, importa começar por procurar definir o que se entende pelo fenómeno em causa e, mais concretamente, pelo da transformação ideológica e em que consiste, igualmente, um partido de centro-direita.

Assim, o presente capítulo inicia-se com uma introdução à temática e à sua relevância, procurando contextualizar e definir o que se entende por transformação ideológica. De seguida, procura definir o que é um partido de centro-direita. Por fim, na última secção, é abordado o fenómeno da transformação ideológica desta tipologia de partidos, descrevendo alguns dos desafios que enfrenta. Esta última segue uma lógica de afunilamento, partindo da descrição do fenómeno, em geral, enquadrando minimamente o estudo de caso do PSD, em particular.

Embora com um leque de causas variado, a literatura identifica um padrão de transformações ideológicas nos partidos dominantes, no contexto dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Os partidos políticos pertencentes às famílias políticas do centro-esquerda e do centro-direita vêm experimentando uma tendência de declínio eleitoral, vendo enfraquecida a sua posição relativa no sistema partidário (Gidron & Ziblatt, 2019; Green-Pedersen, 2019; De Vries, 2020; Bale & Kaltwasser, 2021).

A literatura procurou compreender o contexto de transformação dos sistemas partidários europeus, em grande medida, focando a sua atenção na transformação ideológica de um dos pilares fundamentais dos mesmos no pós-Guerra: os partidos social-democratas, de centro-esquerda. A crise da social-democracia foi amplamente debatida no contexto académico. Foram várias as razões avançadas para a compreensão das transformações ideológicas: a globalização, a diminuição da densidade sindical, diminuição do apoio da classe trabalhadora à esquerda tradicional, ascensão e hegemonia do neoliberalismo (Lipset, 1961; Kitschelt, 1994; Kalyvas, 1996; Skowronek, 2009; Jensen, 2014; Gidron & Ziblat, 2019; Abou-Chadi & Wagner, 2019; Abdou, Bale & Geddes, 2022). Os analistas também descreveram cuidadosamente as consequências políticas da decadência da social-democracia no que à reconstrução do espaço político da esquerda diz respeito. Segundo Gidron & Ziblatt (2019) a tendência dos cientistas políticos a desenvolver uma maior afinidade para com as causas de centro-esquerda e progressistas

justifica maior atenção à análise dos partidos com os quais se tendem a identificar (como os social-democratas) e com os que mais rejeitam fortemente (como a direita radical populista) do que à situação da direita dominante (partidos conservadores e democratas-cristãos). Em segundo lugar, a erosão de partidos democrata-cristãos e conservadores foi muito mais gradual do que a experimentada pelos social-democratas (Bale & Kaltwasser, 2021; Gidron & Ziblatt, 2019). Como resultado, os partidos de centro-direita são muitas vezes – erroneamente – vistos como imutáveis e estáveis. De facto, os principais partidos de direita enfrentam transformações relevantes e próprias, na medida em que o espaço político referido sofre um conjunto de pressões-cruzadas significativas, que ameaçam elementos basilares do seu posicionamento ideológico (Gidron, 2020).

Esta relativa falta de atenção que marca a análise do espaço político de centro-direita deve ser motivo de preocupação, dado o papel que a direita dominante desempenhou, e continua a desempenhar, em diversos governos europeus, assim como, e sobretudo, pelo seu papel na construção e preservação da ordem liberal e democrática num continente que luta com as mudanças provocadas pela erosão gradual (e consequente exigência de reimposição) das fronteiras nacionais (Ziblatt, 2017). Além disso, como Ziblatt (2017) mostrou, o nascimento e a permanência da democracia na Europa Ocidental estão diretamente relacionados como o modo como os partidos políticos de centro-direita foram capazes de se reformular e lidar com o surgimento de seus pares mais radicais, integrando os sectores mais extremistas e diversas correntes heterogéneas entre si, à direita, no sistema democrático.

Se o centro-direita dominante continuar, como alguns alegam que começou, a transformar-se ideologicamente em função das pressões a que está sujeito – presumindo que sobreviva eleitoralmente – que acabará por importar as suas ideias e políticas em vez de fazer valer as suas próprias (Bale & Kaltwasser, 2021). Em virtude da heterogeneidade que compõe este espaço político, considera-se, assim, que este grupo de partidos se encontra numa posição de maior vulnerabilidade face às transformações que ocorrem em seu redor, e num clima de maior volatilidade ideológica.

Importa, ainda, deixar claro o que se entende por transformação ideológica. Esta descreve, no caso, qualquer variação, ou alteração, no posicionamento ideológico de um partido, num determinado período temporal (Janda, 1990). Existe um amplo consenso na literatura de que as posições partidárias nas sociedades pós-industriais devem ser compreendidas num espaço, pelo menos, bidimensional (Kitschelt, 1994; Hooghe, Marks & Wilson, 2002; Kriesi *et al*, 2008). A primeira dimensão é muitas vezes chamada

de dimensão esquerda-direita. Esta designa uma dimensão baseada em assuntos socioeconómicos tradicionais, como o papel do Estado na economia, o estado social, a regulação dos mercados e a distribuição da riqueza. Frequentemente mencionada enquanto “old politics”, esta dimensão diz respeito à clivagem primordial, assente na distribuição da riqueza e do papel do Estado e do mercado nessa alocação de recursos (Freire, 2015). Em contraste com a primeira dimensão, o conteúdo e a relevância da segunda dimensão têm sido objeto de muito mais debate. A dicotomia social entre esquerda e direita, também referida como GAL-TAN (Verde/Alternativa/Libertária- Tradicionalista/Autoritária/Nacionalista), diz respeito às posições dos partidos face aos valores e atitudes pós-materialistas, como o ambientalismo, feminismo e direitos das minorias. Por oposição à dimensão económica, esta dicotomia é também referida como “new politics”, na medida em que está relacionada com a qualidade de vida, a participação política dos cidadãos, entre outros (*Ibidem*, 2015). Questões que têm desempenhado um papel definidor no debate interno dos partidos de centro-direita, sendo alvo de abordagens contrastantes, tais como a imigração, não gozam de consenso no que diz respeito à sua integração neste eixo.

1.1. Partido de centro-direita: definição

O debate em torno da definição e operacionalização do conceito de centro-direita é extenso e complexo. No entanto, a diversidade não se traduz em postulados contraditórios, mas, em sentido oposto, complementares. É na complementaridade entre as diferentes definições que procuramos o sentido mais completo da definição do conceito em questão, sem a pretensão de encerrar qualquer debate a propósito da temática.

Acompanhando a perspetiva proposta por Bale & Kaltwasser (2021), é útil o recurso à utilização de *minimal definitions*, como propostas, inicialmente, por Sartori (1970). Estas permitem-nos encontrar o denominador em comum, em torno do qual será possível construir e consolidar o conhecimento. Isto é, as definições mínimas devem ser vistas enquanto um ponto de partida para distinguir fenómenos entre si. No caso, pretendemos distinguir um partido de centro-direita, dos restantes. Para isso, é necessário descer na 'escada de abstração' para incluir critérios adicionais que nos permitam identificar subtipos do fenómeno em análise, dito de outro modo, partindo de definições mínimas, devemos descer alguns degraus no nível de abstração para identificar com clareza o subtipo dos partidos de centro-direita. (Bale & Kaltwasser, 2021).

Começando pela dimensão ideológica que a categorização de centro-direita introduz, somos levados a procurar o sentido do que significa ser de direita. É do conhecimento geral que a divisão esquerda-direita se estabeleceu enquanto critério espacial no decorrer do processo revolucionário francês (Tavares, 2015). As divisões experimentadas entre os parlamentares sustentam a noção de cisão em torno da importância das relações hierárquicas ou em alguma concepção, mais ou menos, naturalizada da ideia de desigualdade. Neste caso, os parlamentares da direita enfatizam a importância particular e potencial de preservação da desigualdade e de instituições sociais que distribuem o poder de forma desigual (Gidron & Ziblatt, 2019; Tavares, 2015). No entanto, pensar a direita política enquanto uma força de preservação e defesa do status quo através do imobilismo político é errado atendendo ao papel que os partidos políticos de centro-direita desempenharam na implementação de uma visão própria a propósito de diversos domínios relacionados com organização social e económica das sociedades europeias (Ziblatt, 2017; Jensen 2014; Glenn & Teles, 2009; Swenson, 1991).

Não obstante, a noção de que a dicotomia esquerda-direita é entendida enquanto uma clivagem permanente sobre a igualdade, é relativamente consensual (Bale & Kaltwasser, 2021). Esta “noção mínima” torna-se suficientemente aberta à redefinição natural do tempo e a alianças mutáveis.

Esta noção enquadra-se na definição proposta por Norberto Bobbio (1996), implementada pelo presente trabalho, seguindo a abordagem de Bale & Kaltwasser (2021). Esta sustenta que 'esquerda' e 'direita' se referem a ideologias políticas opostas que se estruturam em torno da ideia de igualdade. Enquanto a direita concebe a maioria das desigualdades enquanto naturais e dificilmente, ou até, imprudentemente passíveis ou desejáveis de serem erradicadas, a esquerda considera a maioria das desigualdades como socialmente construídas e, portanto, passíveis de ação governamental ou intervenção no sentido da sua desconstrução. Assim, a definição mínima de direita define-a enquanto uma ideologia política caracterizada pela crença de que as principais desigualdades na sociedade são naturais e em grande parte fora do alcance do Estado (Bobbio, 1996; Bale & Kaltwasser, 2021). Uma forma de operacionalizar essa ideologia é observar até que ponto os atores e partidos políticos promovem o envolvimento do Estado na economia para combater a desigualdade.

No entanto, também é possível verificar se as forças políticas postulam a existência de desigualdades naturais (direita) em oposição a desigualdades socialmente construídas (esquerda) quando se trata de questões socioculturais como género, a identidade nacional, a moral, etc.

Seguindo a perspetiva proposta por Bale & Kaltwasser (2021), esta definição mínima, como reconhecem os autores, é útil quando se trata de distinguir entre esquerda e direita. No entanto, quando o objetivo é diferenciar e identificar subtipos no interior do grupo político referido é necessário introduzir critérios adicionais. Os autores mencionados referem o facto de se poder identificar, na Europa Ocidental, *grasso modo*, dois subtipos relevantes no ceio da Direita: *Mainstream right* e *Far right*.

O primeiro grupo integra, sobretudo, partidos democrata-cristãos, conservadores e, alguns, liberais. O segundo grupo integra, sobretudo, partidos da direita radical e da extrema-direita. No fundo, embora se considere a direita enquanto defensora da noção de que as principais desigualdades são de cariz natural e estão, ou devem estar, de algum modo fora das funções estatais, a distinção proposta enquanto *mainstream* (dominante ou convencional) alude a duas dimensões: a da moderação e a do compromisso para com o sistema político e partidário, a Constituição e os princípios democráticos liberais. Isto é, a direita *mainstream* adota posições ideológicas e programáticas moderadas, rejeitando soluções extremistas e radicais, e apresenta um elevado compromisso, integração e lealdade para com o sistema político estabelecido, assim como para com a ordem constitucional e liberal. A *Far Right*, por sua vez, tem maior simpatia para com soluções e agendas radicais ou extremistas, não apresentando lealdade para com o sistema político e constitucional, ameaçando ou desrespeitando a ordem liberal (Ignazi, 1992; Rydgren, 2007; Mude, 2013).

Esta distinção permite-nos distinguir aquilo que é a direita moderada e democrática dos partidos de direita radical e extremista, o que a torna, em si, útil. No entanto, nem todos os partidos de direita *mainstream* entrarão na categoria de centro-direita, para isso, é necessário descermos ainda mais um degrau no nível de abstração (Gidron & Ziblatt, 2019).

Os autores mencionados entendem os partidos de centro-direita a partir do contexto histórico, particular, em que a forma organizacional destes partidos emerge. Estes partidos, de um modo particular os democrata-cristãos e conservadores, apresentam uma composição interna e base sociológica de apoio marcadamente heterogénea, portadora de visões concorrentes, conflituantes e, até divergentes.

Estes autores consideram os partidos de centro-direita enquanto aqueles que constroem, e estão assentes, em *“big-tent coalitions”* (“grandes tendas” ou “grandes coligações”), atraindo e incorporando, simultaneamente, o apoio de correntes de direita distintas - enquanto outros partidos, situados à direita do centro político se especializam em mobilizar eleitores com base em agendas mais restritas e

específicas. A referência a coligação na expressão “*big-tent coalitions*” refere a cooperação contínua e integração intrapartidária de correntes e grupos de eleitores distintos e não a qualquer tipo de acordo formal ou predisposição para o estabelecimento de entendimentos com outros partidos. O centro-direita é, assim, entendido enquanto uma tipologia de organizações partidárias, que emerge no seio da fundação das democracias ocidentais e dos sistemas partidários, no pós Segunda Guerra Mundial.

Esta definição complementa a anterior, na medida em que distingue os partidos de centro-direita de outros partidos de direita *mainstream* que se especializam em mobilizar eleitores com base em agendas mais restritas e composições internas menos heterogêneas e plurais, como referido.

Como resultado desse contexto histórico específico, a definição de centro-direita proposta pelos autores, aplica-se, de um modo particular, a partidos conservadores e democrata-cristãos. É visível, nestes partidos, uma componente múltipla de fações. A CDU alemã apresenta uma tríplice vertente, consistindo num partido social-cristão, liberal de mercado e detentor de um pilar nacional-conservador. Esta natureza plural e heterogênea é dificilmente observável em partidos liberais, por exemplo. O posicionamento ideológico destes partidos, numa lógica indutiva, comprova o argumento. Gidron & Ziblatt (2019), analisam o posicionamento das diferentes famílias partidárias em três dimensões de competição política. democrata-cristãos e conservadores apresentam um posicionamento moderado, à direita. Já famílias como a liberal e a direita radical, apresentam posicionamentos distintos. Os liberais apenas se situam à direita na questão do intervencionismo estatal (significativamente mais do que democrata-cristãos). Posicionam-se ao centro em questões relacionadas com o multiculturalismo e à esquerda em valores culturais. A direita radical apresenta valores significativamente mais extremados em questões não económicas e mais centristas no intervencionismo estatal.

Tendo em conta esta recolha, os autores referem-se, tanto aos democrata-cristãos, quanto aos conservadores, como de centro-Direita. Defendem a consideração destas famílias partidárias enquanto funcionalmente equivalentes no que concerne ao seu papel para estabilização da democracia e do Estado Social modernos. Conforme ilustrado, estas duas famílias partidárias são percebidas como localizadas à direita, tal como os seus eleitores se identificam. E, também como demonstrado, ambas mantêm posições moderadamente conservadoras em todas as três dimensões da competição eleitoral. Efetivamente, sendo complementares e funcionalmente equivalentes, estas famílias políticas provêm de origens e tradições ideológicas distintas. A estreita cooperação entre os democrata-cristãos e os

conservadores, nomeadamente no contexto europeu, no seio do grupo do Partido Popular Europeu, contribuiu para que essas famílias partidárias se aproximassem mais e estabelecessem padrões de cooperação mais sólidos (Wagner, 2011). Tal como Wagner (2011) determina, estas famílias políticas têm seguido um caminho de aproximação ideológica tendo-se vindo a fundir, significativamente, com o evoluir do século XXI.

Convém, ainda assim, sublinhar as diferenças entre a democracia-cristã e o conservadorismo. De um modo particular, a democracia-cristã, embora colocada à direita, por oposição à esquerda, assume características profundamente distintas em relação a partidos conservadores e liberais que, por vezes, se assumem como dominantes no espaço político do centro-direita, no contexto de alguns países. De facto, grande parte dos teóricos fundacionais desta doutrina, ou ideologia, coloca-a rigorosamente ao centro. Isto porque, entende a sociedade como um todo orgânico, composto por partes simbióticas que deveriam trabalhar em conjunto e em harmonia, podendo ser ajudadas a fazê-lo por um governo solidário, dedicado a manter o equilíbrio entre elas, em concordância com a sua perspetiva antimaterialista (Accetti, 2019). No centro de qualquer sociedade está, para os democrata-cristãos, a família: por isso, deve ser protegida e promovida (Bale & Krouwel 2013). O mercado e a propriedade são respeitados, mas nunca absolutizados. Isto é, quer a propriedade, quer o mercado, têm uma origem e finalidade social. Neste sentido, a democracia cristã defende uma democracia social, assente numa economia social de mercado. A subsidiariedade e a descentralização são princípios que assentam na sua visão personalista e moldam o modo como sustentam a defesa de um Estado social de parceria (Accetti, 2019). Além de se apresentarem como partidos transversais de classe e abrangentes, os partidos democrata-cristãos também têm tradicionalmente evitado apelos agressivamente nacionalistas, em comparação com partidos Conservadores.

Os democrata-cristãos caracterizam-se por um forte compromisso para com o internacionalismo, como reflete o seu apoio à integração europeia. Os dados, em cima, espelhados, confirmam a ideia de que os democrata-cristãos são tendencialmente mais moderados do que os conservadores e mais centristas, sobretudo, no que às questões relacionadas com a intervenção do Estado na economia, diz respeito. Estas distinções têm vindo a esbater-se e muitas das características apresentadas apresentam-se em risco perante a ascensão de “*challengers*” mais radicais, na definição de De Vries & Hobolt (2020) como veremos adiante. Tal como ficou visível, os Conservadores são mais permeáveis a apelos soberanistas e menos internacionalistas, a um maior foco nas questões de propriedade e da iniciativa privada.

De acordo com a perspectiva de Bale & Krouwel (2013), os partidos democrata-cristãos incorporaram diversos grupos sociais e interesses, como agricultores e pescadores, empresários e empregadores, a secção religiosa da classe trabalhadora e amplas secções da classe média, unidos em torno da religião. Estes partidos funcionaram enquanto estrutura de mediação, preenchendo a lacuna de classe entre estes grupos, através de um programa político moderado e alternando em coligações múltiplas e variadas, quer com o espaço da social-democracia, quer com partidos de índole liberal. Como resultado da sua natureza pluralista e do seu compromisso para com a subsidiariedade, os partidos democrata-cristãos tendem a ser mais descentralizados.

Os factos apresentados descrevem estes partidos enquanto pautados pela pluralidade interna e coexistência de agendas variadas e abrangentes. Esta definição impede que partidos de nicho, existentes à direita do centro, sejam incluídos na mesma categorização, o que é particularmente relevante na medida em que partidos do “mainstream” e de nicho se enquadram de um modo profundamente distinto na arena de competição política e dispõem de estímulos diferenciados no que diz respeito à configuração da sua agenda (Green-Pedersen, 2019).

Do mesmo modo, o foco nos pressupostos concretos do posicionamento das várias famílias políticas que compõem a direita partidária deixa claro que, embora haja distinções evidentes entre o conservadorismo e a democracia-cristã, verificamos que estas, não só se encontram em progressiva aproximação, como, também, descrevem um quadro de grande complementaridade.

Assim, os partidos democrata-cristãos e conservadores são funcional e, portanto, analiticamente, equivalentes, na medida em que apresentam, ambos, um posicionamento moderado, e similar, à direita, em todas as dimensões do conflito político, distinguindo-se das restantes famílias, como a liberal e a de direita radical, que espelham posicionamentos distintos e, inclusivamente, contraditórios entre si, quando tidas em conta as várias dimensões do conflito político. Haverá partidos liberais, sobretudo clássicos, que, pela sua dimensão, pelo seu perfil “catch-all” e dominante no espaço político à direita, possam, efetivamente, enquadrar-se no padrão descrito. No entanto, só acontece quando a agenda e o posicionamento ideológico se assemelham ao perfil marcado pelas ideologias conservadora e democrata-cristã, independentemente da nomenclatura e da origem do partido. Concluindo, definir-se-ia o centro-direita como um conjunto de partidos heterogéneos nas suas origens e composição organizacional, compostos por grandes coligações e diversas tendências no seu seio e base social de apoio,

ideologicamente caracterizados pelo conservadorismo e pela democracia-cristã, disputando, a partir de uma agenda abrangente de direita moderada, um papel fundamental na construção democrática e no sistema partidário. Afirmam-se, portanto, à direita do centro, em oposição, quer a partidos de nicho, com agendas afuniladas e pouco abrangentes, ou monotemáticas, quer a partidos radicais e extremistas de direita, assim como a partidos, estritamente, de tradição Liberal.

1.2. A transformação ideológica dos partidos de centro-direita

Os partidos de centro-direita (democrata-cristãos e conservadores, famílias funcionalmente equivalentes), encontram-se sob pressão há décadas. A secularização em curso no contexto das democracias europeias, ocidentais – ou pelo menos o declínio de frequência regular no contexto de instituições religiosas – afeta os partidos de centro-direita, que, de um modo genérico, apresentam um padrão de apoio sociológico superior entre este grupo. Outro fator é o apelo crescente para aqueles que, à direita, defendem e impulsionam uma estratégia neoliberal, orientada para o mercado. Este fenómeno faz com que este grupo de partidos se distancie de ideias mais centristas associadas à democracia-cristã “clássica”.

Os partidos de centro-direita têm, tradicionalmente, desempenhado um papel de conciliador e de intermediário entre o liberalismo pró-mercado e os pressupostos da democracia social, pró-estado de bem-estar social. Mover-se irreversivelmente para o campo da direita diluirá parte deste cariz distintivo, quer face aos partidos de centro-esquerda, quer face a restantes famílias políticas, como a “neoliberal”. O risco, descrito, de indiferenciação face a “liberais de mercado”, abre potenciais janelas de oportunidade para que os eleitores, em circunstâncias específicas, optem pelo “original”. No entanto, não é apenas no domínio das questões económicas que os democrata-cristãos se encontram divididos. A dimensão cultural tem provado ser potencialmente divisiva para a estrutura que estes partidos tipicamente compõem. Por um lado, pode tornar-se, cada vez mais, difícil – pelo menos no contexto de algumas nações – a defesa intransigente de pressupostos de maior integração europeia, característica tradicional, sobretudo, de partidos democrata-cristãos.

Por outro lado, as preocupações dos eleitores e a instrumentalização política de temáticas como as migrações e o multiculturalismo, por parte de partidos de direita radical populista e extrema-direita, tendem a reforçar o papel desta tipologia de partidos, como ocorrido na Áustria, Itália e Holanda, no contexto de negociações pré e pós-eleitorais com os partidos de centro-direita, alterando o seu

comportamento político. Acresce-lhe a pressão ideológica que motiva, isto é, qualquer partido de centro-direita que adote uma postura demasiado radical, em favor da restrição das migrações, corre o risco de perturbar e alienar, não apenas, os setores empresariais que apoiam a abertura do mercado de trabalho, e beneficiam do aumento de mão-de-obra disponível, mas também aqueles grupos religiosos (e eleitores) para quem a caridade para com os migrantes que procuram, na Europa, um local de segurança, vida ou bem-estar se torna axiomático.

Os partidos de centro-direita podem, sim, beneficiar eleitoralmente com o crescimento da saliência de questões de "direita", mas o nível de prevalência que adquirem aumenta o risco e o impacto de um *"trade-off"*. As posições radicais, em sentido económico ou social, contrariam elementos centrais do pensamento democrata-cristão – compaixão, caridade pelos mais pobres e desfavorecidos. Na pior das hipóteses, a radicalização da direita corre o risco de destruir os partidos de centro-direita, em particular os democrata-cristãos, como ocorreu na Holanda.

As tensões descritas podem favorecer e impulsionar um quadro de maior facciosismo e conflito interno, divisões e separações no seio dos partidos e deserção de eleitores, o que justifica que olhemos, no momento presente, para o fenómeno da transformação ideológica dos partidos de centro-direita.

A tensão ideológica presente nesta tipologia de partidos destaca-se em virtude das suas características organizacionais. Detendo um, tradicional, hibridismo organizacional, os partidos de centro-direita são caracterizados pelo seu apelo *catch-all avant-la lettre*, tradicionalmente, incorporavam diversos grupos e interesses sociais, como agricultores e pescadores, empresários e empregadores, o setor religioso da classe trabalhadora e amplos setores da classe média. Os partidos de centro-direita desempenharam o papel de estrutura mediadora, preenchendo a lacuna de classe entre esses grupos com um programa político mais moderado e coligações alternadas com liberais de direita, ou até mesmo social-democratas, de centro e centro-esquerda. Como resultado tanto da sua natureza pluralista quanto de seu compromisso com a subsidiariedade, os partidos de centro-direita tendem a ter uma predisposição mais faccional.

O caso do PSD é ainda mais paradigmático. Acresce, à relevância do seu estudo o facto de ser caracterizado, historicamente, por um quadro de complexidade programática e ideológica, própria do contexto da formação do sistema partidário português, tornando o PSD ainda mais "pragmático" e volátil em comparação os seus congéneres europeus (Lisi, 2011).

1.3. Síntese conclusiva

Neste primeiro capítulo, verificamos que o centro-direita descreve um conjunto de partidos heterogéneos, compostos por grandes coligações e diversas tendências no seu seio e base social de apoio, ideologicamente caracterizados pelo conservadorismo e pela democracia-cristã, disputando, a partir de uma agenda abrangente de direita moderada, um papel fundamental na construção democrática e no sistema partidário.

Por essa razão, as transformações ideológicas operadas neste conjunto de partidos adquirem relevância tendo em conta o potencial disruptivo que acarretam para o sistema partidário e democrático das democracias europeias. A natureza pluralista e, conseqüentemente, faccional destes partidos, faz com que perante um contexto de transformação acelerada dos sistemas partidários, acompanhada pela ascensão de novas clivagens sociológicas, surjam clivagens que ameaçam o seu modelo ideológico tradicional. Não sendo a transformação ideológica dos partidos um fenómeno novo, os factos apresentados justificam a relevância de analisar a transformação dos partidos de centro-direita na atualidade, entre os quais o PSD.

CAPÍTULO II: Modelo-Teórico de Análise

O capítulo pretende expor os conceitos, assunções e pressupostos do modelo teórico de análise adotado na presente dissertação, com o intuito de evidenciar o seu potencial explicativo e analítico proveniente do quadro de sistematização que fornece para a análise da transformação ideológica dos partidos de centro-direita.

O modelo teórico de análise adotado é o da Teoria Integrada dos objetivos e transformação partidária, originalmente publicada por Harmel & Janda, em 1994. Segundo os autores, a transformação ideológica dos partidos é entendida enquanto resultado da combinação de fatores contextuais internos e externos.

O capítulo divide-se em duas subsecções. Inicia-se com a descrição dos *conceitos centrais* da teoria, entendidos, no contexto desta investigação, enquanto o de organização partidária, facção e coligação dominante, abordando, igualmente as assunções e pressupostos que revelam o potencial explicativo do modelo.

Por *assunções* entendemos as premissas das quais a teoria parte, assumindo, à priori, o seu carácter verídico. Já por *pressupostos*, entende-se o conjunto de proposições que a teoria elabora, enquanto elementos explicativos sujeitos a verificação empírica.

Por fim, a partir da descrição do previamente exposto, é elaborada a exposição clara dos fatores explicativos da transformação ideológica dos partidos.

2.1. A Teoria Integrada dos objetivos e mudança partidária: conceitos centrais, assunções e pressupostos.

A teoria é desenhada com o intuito de explicar transformações partidárias em diverso número de dimensões, entre as quais a da transformação ideológica de partidos políticos competitivos. Um partido político competitivo é, no âmbito da teoria apresentada, uma organização que apresenta como propósito o de alcançar cargos políticos através da apresentação de candidatos, em eleições livres e democráticas. Em vez de assumir que a mudança simplesmente ocorre, ou deve ocorrer, em determinado sentido, qual processo gradual e contínuo de adaptação sistémica, o modelo desce ao nível do partido, analisando-o individualmente, compreendendo a sua ação perante os desafios contextuais que enfrenta.

O modelo apresenta noções claras sobre o que entende a propósito da organização partidária e da sua composição. Os partidos são considerados organizações com algum nível de hierarquia e autoridade, assim como de divisão do trabalho.

A teoria reconhece, essencialmente, cinco tipologias de atores organizacionais, relevantes para a compreensão das dinâmicas intrapartidárias: (a) Lideranças de topo- grupo constituído pelo núcleo duro da direção nacional do partido; (b) lideranças intermédias- grupo composto por elementos destacados do partido, tais como líderes regionais; (c) ativistas- membros que se empenham, ativamente e regularmente, nas atividades dos órgãos do partido; (d) militantes- ocasionalmente participantes na vida interna do partido assim como no seu financiamento e eleição dos órgãos internos e (e) apoiantes/simpatizantes- que votam no partido em eleições.

Um dos conceitos chave da teoria é o de *fação*. De acordo com Harmel & Janda (1994), uma *fação* designa qualquer combinação ou grupo intra-partidário cujos membros partilhem um sentido de identidade ou objetivo comum e se organizem de modo a agir coletivamente, enquanto um bloco interno distinto, com o intuito de atingir determinada finalidade. Deste modo, qualquer um dos grupos de atores supracitados pode constituir e/ou coexistir numa *fação* partidária.

Podemos, essencialmente, distinguir entre três tipos de *fações*: (a) *dominantes*- aquelas que exercem o poder na coligação dominante; (b) *participantes* - aquelas que não dominam, mas coexistem na coligação dominante; (c) *outsiders*- aquelas que se encontram fora da coligação dominante.

A coligação dominante consiste, por sua vez, naqueles atores organizacionais que, externa ou internamente, controlam a maioria das zonas de incerteza vitais para o partido, tais como o conhecimento profissional, as relações ambientais, comunicação, o financiamento e o recrutamento partidário. O controlo destes recursos torna a coligação dominante o principal centro de distribuição de incentivos organizacionais no seio do partido.

Deste modo, a coligação dominante é formada por uma aliança entre *fações* e atores, em que o poder surge distribuído e não concentrado.

Para analisar a natureza desta coligação dominante, importa referir dois conceitos vitais: a sua conformação e composição.

A conformação refere-se à distribuição de relações de poder entre as lideranças do partido. Quanto mais disperso o poder estiver entre fações, mais fraca é a conformação da coligação dominante. Já a composição, por sua vez, refere-se ao pessoal específico que ocupa as diferentes lideranças.

Partindo do entendimento a propósito da organização partidária, conseguimos compreender as assunções da teoria, relevantes para o reconhecimento do seu potencial explicativo. Estas são três:

- (1) Os partidos são organizações conservadoras e resistem à mudança, dito de outro modo, a mudança ocorrerá apenas quando o partido estiver sob pressão e o benefício da mudança superar o risco.
- (2) A coligação dominante é responsável pela introdução de mudanças, quando estiverem em causa os objetivos do partido.
- (3) Embora os partidos competitivos tenham múltiplos objetivos, um deles destaca-se enquanto mais relevante do que os restantes. Designa-se enquanto objetivo primário. Este último varia entre os partidos e pode, inclusivamente, variar no tempo. Entre os objetivos primários constam o da maximização de votos (*vote-seeking*), o da maximização de “cargos” (*office-seeking*), o de maximização da influência política (*policy-seeking*)⁷.

Se o objetivo primário for vencer eleições, o critério performativo é ganhar votos ou assentos parlamentares. Se o objetivo primário é alcançar o executivo, o critério performativo é a participação no governo. Se o objetivo é promover os seus interesses ou políticas (incrementar a influência política), o critério é a satisfação da clientela política.

Deste conjunto de assunções derivam as suas conclusões lógicas, os seus pressupostos, que, no fundo, se constituem enquanto o argumento explicativo avançado pelo modelo teórico.

Os pressupostos da teoria são:

- (1) Quanto menor for a conformação da coligação dominante, mais provável é a transformação. No fundo, quando há uma alteração no sentido da diminuição da conformação, através da

⁷ O modelo teórico acrescenta o objetivo de “maximização democrática”, que se destina a **raras** organizações partidárias cujo objetivo principal é incrementar a democracia interna, o critério performativo é a satisfação dos ativistas partidários.

substituição da facção dominante, a transformação é potenciada. Estes efeitos serão mais profundos se a facção dominante for substituída por uma facção outsider.

- (2) Alterações na composição da coligação, também, potenciam a ocorrência de transformações. Isto é, a substituição das personalidades liderantes promove alterações do estilo de gestão e dos valores que são impressos à organização partidária, conduzindo o partido a transformações.
- (3) Quanto pior for o desempenho do partido no que diz respeito ao alcançar dos seus objetivos, maior é a pressão para a ocorrência de mudança. As mudanças mais dramáticas e profundas ocorrem quando o partido experiencia um “choque externo”.

O “choque externo”, por sua vez, é designado enquanto o resultado de um fator externo que impacta, diretamente, o objetivo primário do partido. Embora outro tipo de fatores externos, não correlacionados com o objetivo principal do partido, possam impulsionar transformações, estes acabam por não o fazer de um modo tão abrupto como aqueles que impactam o principal objetivo do partido.

2.2. A teoria integrada dos objetivos e mudança partidária: o modelo de análise

2.2.1. Fatores internos

Estes designam todos os fatores que partem da estrutura interna do partido, ou seja, da estrutura que detém, sob controlo, a tomada de decisão que impacta o rumo do partido

- (1) **A mudança de liderança:** pode ocorrer em função de um compromisso interno, mais lato, para com a mudança. No entanto, pode ocorrer na sequência de uma resignação por motivos pessoais ou profissionais. Embora a mudança de líder, acontecendo isoladamente, possa não ter força suficiente para a implementação de uma transformação radical, a verdade é que uma nova liderança traz sempre um conjunto de novas ideias, protagonistas, rumos e, até, oportunidades para justificar, perante o eleitorado, mudanças de rumo (Harmel & Janda, 1994; Fagerholm, 2015; Fernandez-Vazquez & Somer-topcu, 2017).
- (2) **A mudança de facção dominante** o conjunto de facções internas tendem a dividir-se, precisamente, no que diz respeito ao rumo e posicionamento ideológico do partido. Deste modo, uma mudança na facção dominante do partido pode explicar a ocorrência de mudanças internas (Harmel & Janda, 1994; Fagerholm, 2015).

A mudança de liderança pode ocorrer sem a verificação de mudanças de facção dominante, e vice-versa (embora a última não seja tão provável). Deste modo, os dois fatores devem ser considerados de um modo isolado e o seu impacto considerado cumulativo, isto é, verificando-se os dois pressupostos, a mudança partidária tornar-se-ia mais provável (Harmel & Janda, 1994; Fagerholm, 2015).

2.2.2. Fatores externos

Estes fatores designam, portanto, um conjunto de alterações sociais, políticas e económicas que ocorrem no ambiente externo ao partido. Alguns destes são universais- aplicando-se a todo o sistema partidário (como as revisões constitucionais, alteração do sistema eleitoral e do sistema de financiamento partidário) - outros individuais, afetando, unicamente os objetivos e a estrutura do partido em questão. Nem todos os eventos externos têm o mesmo impacto, sobretudo tendo em conta a natureza “conservadora” dos partidos enquanto organizações. No entanto quando estes afetam, diretamente, os principais objetivos do partido [choque], potenciam, em maior grau, a abertura à mudança:

- (1) Revisões constitucionais (Harmel & Janda, 1994);
- (2) Alteração do sistema eleitoral (Harmel & Janda, 1994);
- (3) Alteração do sistema de financiamento partidário (Harmel & Janda, 1994);
- (4) Ascensão de novos partidos (Green-Pedersen, 2019);
- (5) Alteração dos padrões de interação entre os partidos⁸ (Green-Pedersen, 2019);
- (6) Alternância partidária no governo (Harmel & Janda, 1994; Breyer, 2022; Schumacher, de Vries & Vis, 2013; Fagerholm, 2015; Adams, 2012);
- (7) Resultados eleitorais do partido (Harmel & Janda, 1994; Fagerholm, 2015; Koedam, 2019; Adams, 2012);
- (8) Contexto de crise económica, social e/ou política (Fagerholm, 2015).

⁸ Subentende-se nesta categorização os padrões e considerações de coligações e entendimentos que os partidos estabelecem entre si.

2.3. Síntese conclusiva

De acordo com a teoria integrada dos objetivos e mudança partidária, a transformação ideológica parte de um processo desenvolvimentista, originado através de mudanças nas alianças dos atores organizacionais, não existindo um caminho, ou sentido, obrigatório para a sua concretização.

A mudança tem componentes intencionais e não intencionais, assim como origens causais que decorrem de fatores contextuais internos (i.e., (i) *mudança de liderança e* (ii) *mudança de fação dominante*] ou externos (i.e., (i) *Revisões constitucionais*, (ii) *Alteração do sistema eleitoral*, (iii) *Alteração do sistema de financiamento partidário*, (iv) *Ascensão de novos partidos*, (v) *Alteração dos padrões de interação entre os partidos*, (vi) *Inovação nos padrões de alternância partidária*, (vii) *Resultados eleitorais do partido*, (viii) *Contexto de crise económica, social e/ou política*).

Por fator contextual interno entendemos todos os estímulos que partem da estrutura interna do partido, ou seja, da estrutura que detém sob controlo a tomada de decisão que impacta o rumo do partido. Já por fator contextual externo, subentende-se todo o conjunto de alterações sociais, políticas e económicas que ocorrem no ambiente externo ao partido

Embora os partidos tenham inúmeros objetivos, cada um tem um objetivo “primário” (variando de partido para partido). Entre estes contamos a maximização de votos, de cargos executivos, e de influência política. As mudanças mais profundas ocorrem na sequência de um choque externo. Os choques externos são considerados fatores externos que impactam o principal objetivo do partido. Outro tipo de fatores externos podem impulsionar a ocorrência de transformações, embora de um modo menos abrupto, menos transversal e menos dramático. Deste modo, o modelo explica não apenas a ocorrência da mudança, mas o seu porquê, assim como a sua magnitude e dimensão.

CAPÍTULO III: Estudo de caso

O presente capítulo apresenta o nosso estudo de caso, isto é, o PSD, português. Este visa, por sua vez, contextualizar histórica e politicamente o PSD. A contextualização efetuada revela-se fundamental para a compreensão das características e singularidades do partido em questão, tais como as suas fações e tensões históricas, fundamentais para a correta análise do estudo de caso.

O traçar do seu percurso permite-nos compreender o papel que as lideranças e a proximidade/afastamento do poder detiveram no caminho do partido até à atualidade. Neste sentido, a análise descritiva divide-se em 5 períodos marcantes na história do partido que passaremos a enunciar.

3.1. A génese do PPD/PSD: A tríade fundadora

Fundado em 1974, o, então, Partido Popular Democrático (PPD- designação proposta por Isabel Sá Carneiro, devido à impossibilidade de adoção da nomenclatura posterior em função do nascimento, à data, do Partido Cristão Social Democrata) viu, como os restantes partidos, a sua fundação e institucionalização marcada pelo contexto revolucionário de transição de regime. Este, por sua vez, assumiu particular relevância no seu posicionamento ideológico, implantação territorial e sociológica, assim como na própria estrutura organizativa do partido. O mesmo pautou-se por uma estratégia de amplo apelo programático e elevada dependência do papel da elite partidária, caracterizando-se por um cariz particularmente moldável ao contexto externo e interno (Silva, *et al*, 2019).

Em larga medida, os partidos assumiram responsabilidades governativas antes mesmo da estruturação da organização partidária (Lisi, 2011). Em maio de 1974, o então PPD, apenas nove dias após a sua fundação, integrava o primeiro governo provisório. A construção e desenvolvimento da estrutura interna decorreu num contexto de acesso, do partido, ao aparelho governativo. No final de 1974 o partido contava com 40 mil membros, número que viria a duplicar no ano seguinte, após a eleições para a Constituinte e durante o *Verão Quente* (Lopes & Freire, 2002). No fundo, a consolidação dos partidos dá-se já no governo, por oposição a um processo de consolidação organizacional para atingir o poder. Neste contexto, a consolidação dos partidos tende a depender da representação política parlamentar e do acesso a recursos estatais, padrão que emergiu precocemente no caso português. Este facto sublinha o marcado papel da elite do partido, que ocupava cargos governativos, na condução do partido e do desenvolvimento da sua estrutura organizativa (Jalali & Lisi, 2009).

Acresce a este facto a necessidade de construção de um amplo apoio social num curto espaço de tempo - a tempo de disputar eleições no ano seguinte, bloqueando a solidez organizacional do Partido Comunista Português (PCP). Para o efeito, num contexto marcado pela ausência de clivagens sociais claramente articuladas e institucionalizadas, e pela própria dificuldade dos partidos em desenvolvê-las e articulá-las, estes recorrem à distribuição de incentivos materiais, incluindo a distribuição de lugares na máquina do Estado, em detrimento de um maior foco na criação de fortes bases de apoio ideológico (Silva, *et al*, 2019).

Partindo do previamente descrito, entendamos a história do desenvolvimento do partido. As sementes daquele que viria a ser o PPD/PSD foram lançadas ainda durante o período da “Primavera Marcelista”. Francisco Sá Carneiro, Joaquim Pinto Machado e José da Silva integraram a Lista da União Nacional, permitindo-lhe alcançar o estatuto de “Ala Liberal”, uma força de oposição política na Assembleia que defendia a liberalização do sistema político e que, vendo as suas expectativas goradas, se demite da Assembleia em 1973. Este facto granjeou notoriedade e credibilidade aos envolvidos no processo de oposição e transformação do regime. Esta permitiu ao PPD canalizar, aquando da sua fundação, o apoio de várias organizações políticas, entre as quais a SEDES, um grupo composto por uma elite urbana de classe média e alta da ala liberal de oposição ao regime (Jalali, 2007; Figueiredo, 2004). No entanto, a presença de figuras emblemáticas como a de Sá Carneiro nas Listas da União Nacional bloqueou apoio e adesão imediata ao partido em função das acusações de colaboracionismo fascista ou complacência para com o regime do Estado Novo (Silva, *et al*, 2019).

Francisco Sá Carneiro é uma figura política que adquire particular centralidade na história do PSD. No entanto, o nascimento do partido não ficou a cargo, apenas, desta figura emblemática. Na verdade, o PSD, então PPD, foi fundado pela mão de Sá Carneiro, é certo, mas de Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota (Sousa, 2000). Esta tríade fundadora representa, igualmente, uma tríade heterogénea na qual se baseia o ADN do PSD. O PSD nasce com um apelo programático lato, composto por correntes múltiplas e heterogéneas. O PSD encontra a sua base numa matriz socialista reformista de distribuição, numa forte componente católica, inspirada na doutrina social da Igreja, assim como com uma forte componente e génese liberal (Coelho, 1989; Sousa, 2000; Silva, *et al*, 2019). Esta tríplice vertente pretendia obedecer a três objetivos fundamentais da estratégia das lideranças do partido. Estes foram, em primeiro lugar, a diferenciação do Partido Socialista (PS), apresentando um caminho mais moderado, reformista e liberal, o aumento da credibilidade das credenciais antifascistas do partido,

despindo-o da conotação com o anterior regime, assim como a penetração em algum eleitorado de esquerda (*Ibidem*). Daí a opção pelo laranja enquanto cor do partido, propondo uma diferenciação do vermelho do PS e do PCP, e pelas três setas enquanto símbolo do partido, inspiradas no símbolo utilizado pelos militantes social-democratas na Alemanha, em 1931, contra o nazismo, representando a liberdade, a igualdade e justiça social e a solidariedade (Sousa, 2000).

No entanto, esta indefinição, que compõe a gênese do PSD, comportou, desde o momento inicial, elevados custos internos. A composição heterogênea, assim como uma tríplice distribuição faccional dentro da coligação dominante do partido, potencia um contexto bastante propício à mudança, fratura e disputa interna, tal como verificado nos primeiros anos de existência do partido. A primeira cisão ocorre em 1975, quando Sá Carneiro é acusado de desviar o partido para a direita, “desnaturando”, na opinião dos críticos, o “verdadeiro PPD” (Marchi, 2015). Emídio Guerreiro, e outros 20 deputados da bancada do partido (quase 25% da bancada), abandonaram o partido. Um dos dissidentes, Jorge Sá Borges fundara, em 1976, o Movimento Social Democrata, acusando Sá Carneiro de ter transformado o PSD num partido “liberal”.

Retomando a lógica da tríade fundadora, a estratégia de Sá Carneiro conduziu ao abandono da ala mais à esquerda do partido, em 1979, incluindo um dos seus principais representantes e fundadores do partido, Joaquim Magalhães Mota. Esta saída levou, novamente, à perda de mais de metade do grupo parlamentar. Os dissidentes viriam, desta vez, a fundar a Ação Social Democrata Independente, posteriormente dissolvida no ceio do PS. O conjunto de cisões mencionadas não alterou significativamente a matriz de indefinição ideológica do partido, mas permitiu confirmar a consolidação gradual do PSD enquanto força política liderante no espaço do centro-direita, em paralelo com a consolidação de Sá Carneiro no ceio do partido, ao libertá-lo da contestação interna de parte da antiga “ala esquerda” do partido (Jalali, 2007). Neste caso, o partido não elimina, como referido, a sua heterogeneidade e, portanto, a propensão para a tensão e disputa interna, consegue, no entanto, que uma facção alcance uma posição dominante no seio da coligação dominante do partido, o que lhe permite granjear mais estabilidade, em comparação com os primeiros anos da vida interna. Essa estabilidade constituiu-se enquanto elemento central para os resultados eleitorais do partido.

Os primeiros resultados eleitorais, por sua vez, não foram particularmente significativos para o mesmo.

3.2. Sá Carneiro e a Aliança Democrática: “Um Presidente, uma maioria e um Governo”

O PSD apenas alcança o poder, após a realização de eleições democráticas, em 1979. No entanto, a participação no governo provisório granjeou-lhe projeção e legitimação social (Sousa, 2000; Santana, *et al*, 2019). No ato eleitoral desse ano, o PSD concorre através de uma aliança pré-eleitoral: AD (Aliança Democrática). Esta era formada com o Centro Democrático Social (CDS) e com o Partido Popular Monárquico (PPM), confirmando a estratégia de descolar o partido para a direita, polarizando a escolha dos portugueses entre as forças da “convergência democrática”, num contexto de instabilidade política e crise económica e intervenção externa por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), e as forças da “convergência marxista”, colocando pressão sobre o PS, impondo um cordão sanitário aos partidos de esquerda radical (Marchi, 2015). Esta estratégia pressionava, igualmente, o então Presidente da República, Ramalho Eanes, através da defesa intransigente, de Sá Carneiro, de reformas constitucionais que eliminassem prerrogativas revolucionárias, eliminando o Conselho da Revolução e diminuindo os poderes do Presidente (Santana, *et al*, 2019).

A AD viria a conquistar uma maioria absoluta nas eleições intercalares de 1979. Maioria que viria a alargar nas eleições de 1980. Esta tornou-se a primeira maioria absoluta no parlamento, o primeiro governo que não inclui forças militares, assim como o primeiro governo fora da esfera presidencial e a primeira vez em que a direita alcança o poder por via eleitoral no novo regime.

O período de duração da AD constitui uma marca fundamental, e estruturalmente relevante, no sistema partidário português na medida em que imprime uma dinâmica de competição partidária distinta da verificada até então, agora focada no eixo esquerda-direita (*Ibidem*, 2019).

3.3. Do “Bloco Central” ao “Cavaquismo”: O regresso da Direita

Após o falecimento de Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão ascende à liderança do partido e do executivo. Neste período as tensões internas do PSD retornam com força, provocando uma elevada instabilidade política. O novo líder da AD é acusado de infletir a estratégia de Sá Carneiro, virando o partido à esquerda e aproximando-se do Presidente. Renovam-se as tensões entre os que defendiam alianças e entendimentos com o CDS, e a estratégia de Sá Carneiro, e os que defendiam uma aproximação ao PS. A contestação popular ao desequilíbrio das contas públicas e divergências no ceio da AD, promovem a demissão de Balsemão e a realização de novas eleições em 1983.

Por conseguinte, os erros cometidos durante este período reforçam o criticismo da ala esquerda do partido à estratégia seguida, promovendo uma inflexão da mesma. Mota Pinto, com a assumida intenção de “virar o partido” à esquerda assumiu a liderança do PSD e direcionou o partido para uma “grande coligação” com o PS, num contexto de austeridade, crise económica e intervenção externa. As divisões internas e crise económica e social gerada pelo governo do “bloco central” motivou a demissão de Mota Pinto, em 1985. O seu falecimento, poucos dias depois, abriu espaço a Anibal Cavaco Silva, próximo da estratégia de Sá Carneiro. Cavaco Silva procura distanciar-se do PS e da impopularidade do governo de “bloco central”, recusando apoiar a candidatura presidencial de Mário Soares, assim como recusando entendimentos com o PS. Cavaco Silva granjeou ao PSD o seu melhor resultado em eleições, sozinho, superando o PS (Frain, 1996). Os quase 30% dos votos forçaram Cavaco a uma coligação com o CDS e o Partido Renovador Democrático (PRD).

Neste contexto, o primeiro mandato inicia a estratégia, de Cavaco, de tornar o PSD no partido dominante em Portugal. Foi neste enquadramento que se justificou o apoio à candidatura presidencial de Freitas do Amaral (CDS) permitindo ao partido penetrar nas bases fortes do CDS, sobretudo no interior Norte, que amputavam parte do potencial eleitoral do PSD (*Ibidem*, 1996). Embora Freitas do Amaral não alcançasse a vitória, o resultado foi o melhor de sempre da direita, até então, e deu frutos. O primeiro mandato de Cavaco acaba com uma moção de censura do PRD, que demonstrou ser um enorme presente para o então Primeiro-Ministro. Cavaco Silva vence as eleições decorrentes da aprovação da moção, em 1987, com maioria absoluta esmagadora, feito que voltaria a repetir em 1991. Este ciclo de estabilidade e domínio absoluto do PSD contribuiu para a pretendida marginalização do CDS, através das incursões progressivas no seu eleitorado. As eleições de 1991, viriam reforçar, de resto, o principal padrão de competição bipartidário em Portugal- PS e PSD alcançam em conjunto 80% dos votos.

Este período longo de governo e hegemonia do PSD é particularmente relevante para a compreensão das características do partido. A liderança de Cavaco Silva desempenhou um papel fundamental na consolidação e unificação do partido, através da consolidação de poder que a proximidade ao aparelho administrativo do Estado permitiu ao partido. Em 1985, 44% do total de gestores do setor de transportes e comunicações eram militantes do PSD, em março de 1988 esta percentagem já era de 59%, um ano depois o número eleva-se para 66% (*Ibidem*, 1996; Santana, *et al*, 2019). Este padrão exemplifica a conexão entre a proximidade aos recursos do estado e a consolidação interna do partido.

O período de governação de Cavaco Silva coincidiu com elevadas taxas de crescimento económico, no entanto, o desgaste inevitável, provocado pela permanência no poder, motivou o líder do partido a não se candidatar nas eleições de 1995. O período do cavaquismo consagra o abandono e progressiva marginalização das fações representantes da “social-democracia” fundacional do partido, processo que se consolida no decorrer do novo milénio, com o “Barrosismo” e o “Passismo” (Marchi, 2015). O liberalismo e o conservadorismo foram os dois grandes eixos ideológicos do cavaquismo.

3.4. De Nogueira a Ferreira Leite: A longa travessia no deserto

Com o final de uma liderança carismática e de um período longo de poder, as divisões internas no PSD retornam. O período compreendido entre 1995 e 2002 descreve profundas divergências e conflitos internos. Este padrão evidencia a ideia de que o PSD depende, não apenas, do desempenho eleitoral, mas também do acesso ao aparelho de Estado, sobretudo, ao executivo. É este o critério que atribui, ou retira, capacidade e carisma às suas lideranças e permite a pacificação e controlo das divergências internas. A busca da liderança que ocupe o vazio proporcionado pela saída de Cavaco levou a uma sucessão de líderes. Fernando Nogueira perde as eleições de 1995, Marcelo Rebelo de Sousa falha a reedição da AD, Durão Barroso enfrenta o PS em 1999, perdendo as eleições. Incapaz de devolver poder ao partido, Barroso experimenta crescentes tensões internas, que se mantiveram mesmo após o congresso que o reafirmou como líder do partido em 2000.

Ainda assim, o dirimir destes conflitos ocorre com o resultado eleitoral do partido nas eleições autárquicas de 2001. Nestas, o PSD torna-se a principal força autárquica do país, forçando, em virtude das vitórias em Lisboa e no Porto, a demissão do então Primeiro-Ministro socialista, António Guterres. Este, por sua vez, enfrentava um contexto de crise política e parlamentar. Este facto permite a Durão Barroso vencer as eleições legislativas seguintes, em 2002. Sem maioria absoluta, forma um governo de coligação com o CDS. Este não havia de durar muito tempo. Convidado para presidir à Comissão Europeia, o, então, Primeiro-Ministro de Portugal abandona o cargo, impondo, sem eleições internas, a sucessão do seu cargo ao Vice-Presidente do PSD, Santana Lopes. Esta transição motivou crescentes críticas internas e externas ao partido. Com a sucessão e acumulação de polémicas, o desgaste do Governo levou o, então, Presidente da República, Jorge Sampaio, a dissolver a Assembleia da República, levando o país a eleições.

Eis que, em 2005, na sequência da dissolução parlamentar, o PS conquista a sua primeira maioria absoluta. Nos seis anos seguintes, o PSD experimentou 4 lideranças distintas, reforçando o padrão da proximidade ao poder e relevância do resultado eleitoral para a dinâmica de comportamento das elites do partido. Luís Marques Mendes assumiu a liderança do partido até 2007, Luís Filipe Menezes substituiu-o e Manuela Ferreira Leite assume a liderança do partido em 2009, enfrentando as eleições europeias e legislativas desse ano. Nos quatro anos de maioria socialista, o PSD teve 3 lideranças. Manuela Ferreira Leite viu a sua performance prejudicada ao afastar críticos internos das listas de deputados, aumentando as cisões no ceio do partido e o afastamento de parte da máquina da sua campanha (Santana, *et al*, 2019). Acaba por perder as eleições legislativas de 2009 e dá lugar a Pedro Passos Coelho, que vence as eleições internas em 2010, consolidando um caminho que vinha trilhando até então.

3.5. Do “passismo” à atualidade: A herança da troika

Passos Coelho vence as eleições legislativas de 2011, numa conjuntura de crise económica e intervenção externa, com cerca de 38% dos votos. Não obtendo maioria, forma uma coligação com o CDS-PP (CDS-Partido Popular). Coligação essa que, quebrando a regra, governou na totalidade da legislatura que, por sua vez, viria a findar no ano de 2015, na sequência de um período de recessão económica e austeridade. Ainda assim, a coligação pré-eleitoral entre os dois partidos da coligação de direita viria a consagrar-se enquanto primeira força política, embora perdendo a maioria parlamentar de assentos que conquistara em 2011.

Pedro Passos Coelho tornou-se o segundo líder mais duradouro do PSD, logo após Aníbal Cavaco Silva. Ora, num contexto em que o partido se vê diminuído do ponto de vista eleitoral e, sobretudo, arredado do acesso ao governo, com o PS a recusar qualquer tipo de entendimento com os partidos da coligação vencedora, regressa o potencial de conflitualidade e tensão internas. A estratégia seguida pelo PSD desde o início do milénio parecia não servir ao objetivo do partido para alcançar o poder, sobretudo numa nova conjuntura de entendimento, inédita, à esquerda. Este facto faz ressurgir tensões antigas que propõem uma revisão da estratégia seguida pelo partido, potenciando a polarização do mesmo.

3.6. Síntese conclusiva

Neste capítulo, vimos a evolução histórica do PSD, o que nos permite caracterizá-lo enquanto um partido de centro-direita, com especificidades que o enquadram no fenómeno em estudo. Caracterizado por um amplo apelo programático e por uma heterogeneidade vincada, pautada diversas tendências de direita (matriz conservadora, liberal e centrista) no seu seio, o PSD afirmou-se, desde cedo, enquanto força política liderante do centro-direita em Portugal, enquadrando-se nesta tipologia de partidos.

O momento da sua fundação permite-nos evidenciar que, havendo alcançado cargos governativos ainda antes da consolidação do sistema partidário, o PSD tem no acesso a esses mesmos cargos e à representação política parlamentar que o permite os seus principais objetivos.

O seu percurso histórico evidencia uma elevada dependência da elite interna do partido. O contexto de maior dependência da composição da coligação dominante do partido (ou seja, da sua liderança) e do acesso a cargos governativos ou ao aparelho de Estado, enquanto modelo de apaziguamento e consolidação organizacional interna, torna o partido particularmente vulnerável ao contexto interno e externo. Este facto releva a necessidade de utilização de modelos de análise que compreendam estas características para o estudo de caso do PSD.

Tradicionalmente, o PSD oscila entre períodos de maior aproximação política ao PS, e de afirmação do ADN centrista do PSD, reposicionando ideologicamente o partido nessa direção, e períodos de maior distanciamento do PS, aproximando o partido da sua direita, adotando uma posição “frentista” em relação ao adversário, liderando uma alternativa que exclui coligações com os socialistas.

Esta tensão histórica dá corpo ao aparecimento de diversas fações internas que, historicamente, se digladiam e alternam na sequência histórica de transição de lideranças.

CAPÍTULO IV: Apresentação e discussão dos dados

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados da investigação referente à transformação ideológica do PSD, compreendida entre 2015 e 2019. Divide-se, à semelhança das perguntas de investigação, em três secções.

A primeira corresponde à (i) análise descritiva da transformação ideológica do PSD, através do recurso a dados empíricos do CHES e CMP.

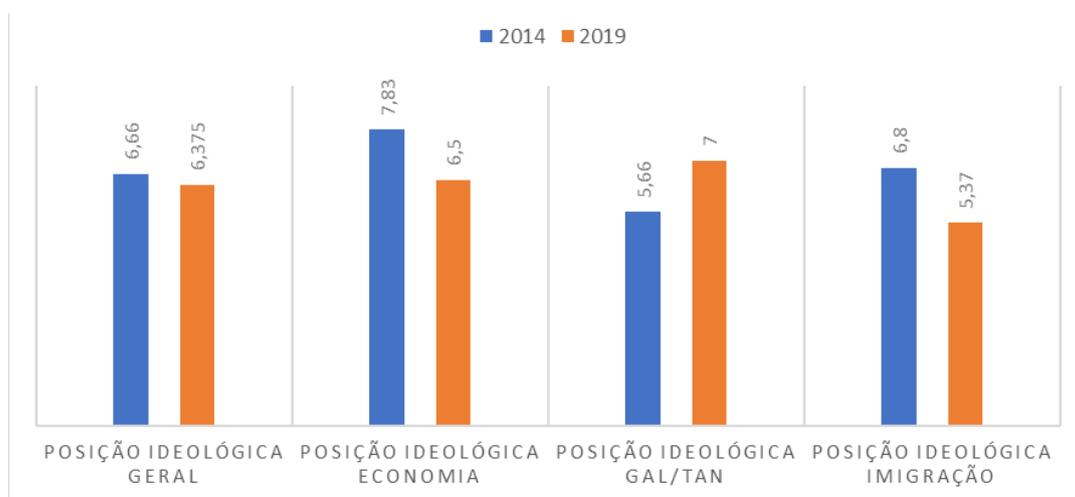
A segunda corresponde, por sua vez, à (ii) análise explicativa desses mesmos resultados, através da aplicação do modelo teórico, que parte da teoria integrada dos objetivos e mudança partidária. Esta última, subdivide-se em dois grupos. O primeiro, refere-se à análise de fatores internos e o segundo à análise dos fatores externos confirmados pela análise.

O capítulo termina com a terceira secção, (iii) discussão dos resultados da investigação, que sintetizam a conclusão da análise descritiva e explicativa.

4.1. Análise descritiva

Começamos por analisar os dados referentes ao CHES. Tal como verificado no **Gráfico 1** o PSD apresenta uma variação à esquerda do seu posicionamento ideológico geral, passando de 6,6 para 6,3.

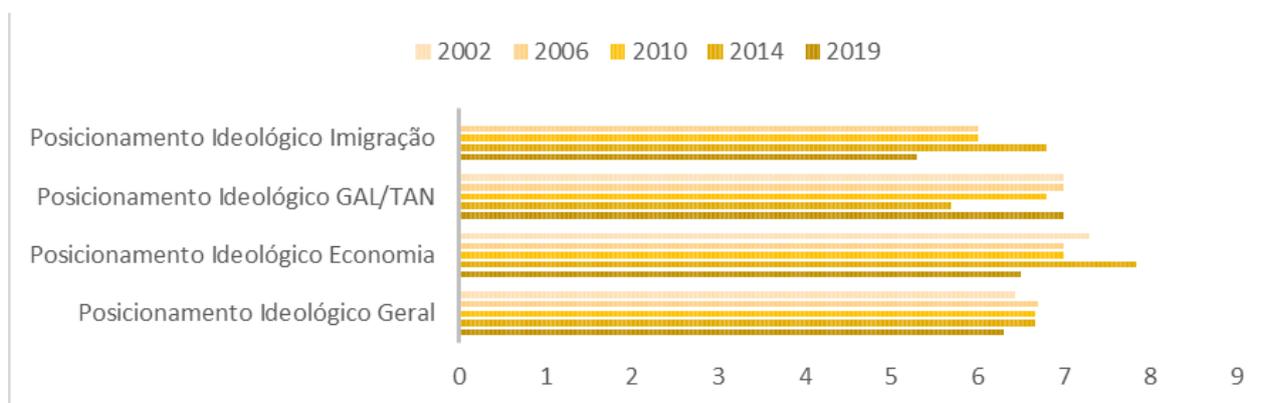
Gráfico 1: Posicionamento ideológico do PSD entre 2014 e 2019



Fonte: Chapel Hill Expert Survey

Este valor não representa, apenas um ímpeto mais centrista do partido, mas o valor mais à esquerda, desde o início do século (como indica o **Gráfico 2**). No que concerne ao seu posicionamento a propósito da dicotomia em torno da intervenção do Estado na economia, o partido apresenta uma variação ainda mais significativa no seu posicionamento ideológico, passando de 7,8 (uma posição solidamente à Direita) para os 6,5 (virando à esquerda e aproximando-se de uma visão mais centrista a propósito da intervenção do Estado na economia). Este descreve, igualmente, o valor mais à esquerda desde o começo dos anos 2000.

Gráfico 2: Posicionamento ideológico PSD, entre 2002 e 2019



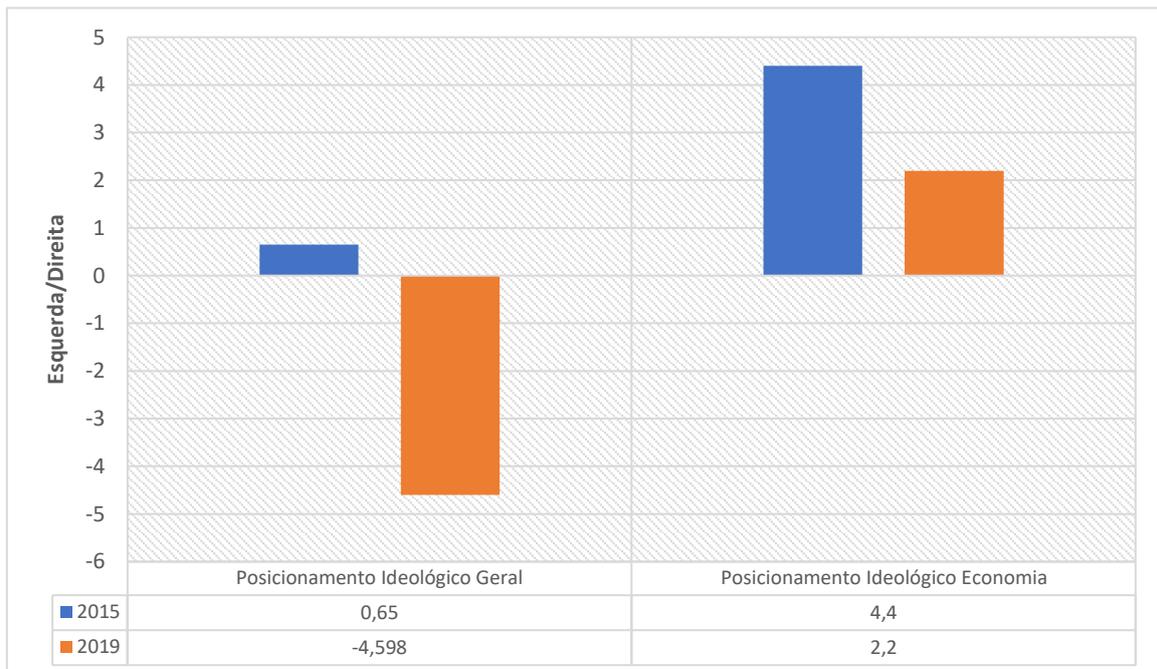
Fonte: Chapel Hill Expert Survey

Já no que diz respeito ao posicionamento do partido no eixo GALT/TAN (“New politics”) os dados recolhidos apontam para um maior afastamento do centro, passando dos 5,6 valores para os 7. Não deixando de merecer consideração, algum enquadramento dos posicionamentos transatos do partido ajuda-nos a compreender que o valor obtido em 2019 se aproxima dos valores “normais”, ou médios, obtidos pelo partido no novo milénio. Deste modo, não representa uma movimentação anormalmente significativa, ao contrário das anteriores, que reforçam um afastamento das tendências e valores anteriormente obtidos. Olhando, no entanto, com maior detalhe para outras dimensões do posicionamento ideológico, tais como a que designa o posicionamento do partido em relação à imigração, verificamos que a oscilação à direita no posicionamento do partido, não se verifica. Pelo contrário, o PSD

suaviza a sua posição em relação à imigração, passando de 6,8 para 5,3. Esta oscilação segue a tendência geral, designando o valor mais à esquerda desde o começo do século.

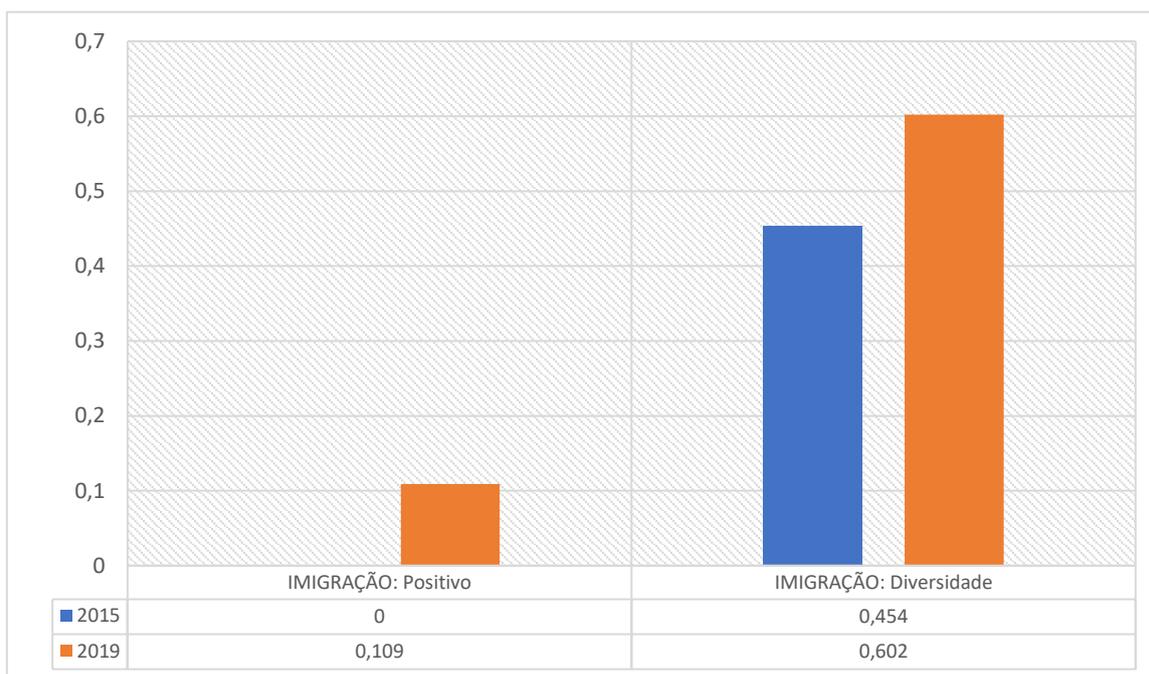
Por sua vez, os dados do CMP (**Gráficos 3 e 4**) parecem confirmar, exatamente, as tendências descritas, embora com dimensões distintas. No que concerne ao posicionamento esquerda-direita, em sentido clássico, o PSD passa de 0,605 em 2015, para -4,598 em 2019. De acordo com estes números, a alteração do posicionamento do PSD é notável, passando mesmo a enquadrar-se no âmbito do centro-esquerda, de acordo com a grelha de análise em questão. Enquadrando os dados recolhidos no âmbito de um quadro temporal mais lato, de modo a reforçar a validade comparativa dos mesmos, verificamos que - 4,598 designa o valor mais à esquerda obtido pelo partido desde o começo do século.

Gráfico 3: Posicionamento ideológico PSD, entre 2015 e 2019



Fonte: Comparative Manifesto Project

Gráfico 4: Posicionamento Imigração e Multiculturalismo do PSD entre 2015 e 2019



Fonte: Comparative Manifesto Project

Este facto confirma, exatamente, as mesmas conclusões do **Gráfico 2**, distinguindo-se, apenas, por constatar uma maior intensidade na dimensão dessa evolução. No mesmo sentido enquadra-se o posicionamento do partido na dimensão económica. Na vertente do posicionamento em relação à economia de mercado, o partido evolui de 4,4 para 2,29. Deste modo, oscila para a esquerda, aproximando-se, ainda mais, do centro. No que diz respeito à moral tradicional, o PSD apresenta uma ligeira oscilação para a direita, de 0,05 para 0,454. Esta não ocorre, no entanto, de um endurecimento das posições conservadoras a propósito da imigração. O partido aumenta as referências positivas em relação à imigração, em sentido geral, (de 0 para 0,109) e em relação à diversidade (de 0,454 para 0,602).

Em jeito de síntese, os dados empíricos recolhidos coincidem num conjunto de conclusões, confirmando-as:

1. O posicionamento ideológico geral do PSD virou à esquerda, aproximando-se de uma posição mais centrista.

2. O posicionamento ideológico do PSD em relação à intervenção do Estado na economia e economia de mercado (“old politics”) virou à esquerda, evoluindo no sentido da aproximação a uma posição mais centrista.

3. O PSD aproximou-se da Direita no que diz respeito à clivagem GAL/TAN, ou “new politics” (valores sociais: moral tradicional, estilo de vida, liberdades civis).

4. O PSD suavizou as suas posições no que diz respeito à dimensão política da imigração, aproximando-se da esquerda, adotando um posicionamento mais centrista.

4.2. Análise explicativa

4.2.1. Fatores internos

4.2.1.1. Mudança de liderança

Tal como proposto por Harmel & Janda (1994), a mudança de liderança é um dos fatores que potencia a mudança do posicionamento ideológico dos partidos. No entanto, para aferir o conteúdo dessa mudança não basta apenas constatar-la, torna-se necessário compreender o que comporta, do ponto de vista do posicionamento ideológico.

A mudança de liderança verificou-se no início de 2018, na sequência do afastamento do PSD do governo, em 2015, e dos resultados eleitorais negativos para a liderança de Pedro Passos Coelho, em outubro de 2017. Estas decorreram no calendário previsto pelos regulamentos do partido. Ainda antes dos resultados das eleições autárquicas, em novembro de 2016, Rui Rio dava uma entrevista ao Diário de Notícias¹ onde assumia a possibilidade de se candidatar à liderança do partido, em 2018. À data, já revelava que era necessária uma alternativa à liderança de Pedro Passos Coelho, “estigmatizada pelo passado”, na sua opinião, perfilando-se enquanto opositor do rumo seguido pela direção do partido e revelando apoios internos para enfrentar a liderança de Pedro Passos Coelho:

*"Será sinal de falta de vitalidade interna se o PSD continuar com grandes dificuldades de aceitação junto das pessoas e se, mesmo assim, não aparecer uma alternativa credível a disputar a liderança"*⁹ (Rio, 2016).

Assume ainda que embora não tenha aparecido nenhuma alternativa em 2016 *"porque ele tinha acabado de conseguir ser o mais votado em eleições nacionais muito recentes, queria continuar e tinha o apoio da maioria dos militantes (...)* Hoje, o quadro já não é bem o mesmo e o futuro logo se verá"⁹ (Rio, 2016).

A 10 de outubro de 2017, Rui Rio apresenta a sua candidatura à liderança do PSD. No discurso de candidatura, o líder do partido assume a existência de uma herança pesada, deixada pela direção anterior. Reconhece que o rumo do partido poderá levar à extinção e redução da influência do mesmo: *"Hoje a situação é diferente. Hoje, temos de o dizer com frontalidade, o PSD está numa situação particularmente difícil. Uma situação que se não for, desde já, combatida, pode conduzir o partido para um patamar de menor relevância no quadro político nacional"*¹⁰ (Rio, 2017).

Afirma, em sentido contrário ao imprimido pela direção anterior, o posicionamento ideológico centrista, mais à esquerda, que pretende imprimir, combatendo a noção de que o PSD se situa à direita do espectro político: *"É um partido do centro, que vai do centro-direita ao centro-esquerda. Não é um partido de direita, tal como alguns o têm tentado caracterizar. Não é, nem nunca será."*¹¹ (Rio, 2017).

A 13 de janeiro de 2018, Rio é eleito líder do PSD com mais de 54% dos votos, derrotando Pedro Santana Lopes. Três dias depois, dia 16 de janeiro de 2018, após a vitória nas diretas do partido, é transmitida uma entrevista à RTP em que critica a *"clubite"*¹¹ (palavras do próprio) dos que recusam o diálogo e entendimento com o PS, prometendo *"fazer diferente"* e considerando este tipo de posicionamento enquanto *"fácil"* e *"pouco construtivo para o país"*:

⁹ A entrevista pode ser encontrada aqui: <https://www.jn.pt/nacional/rui-rio-admite-candidatura-a-lideranca-do-psd-5490387.html> Consultada a 20 de março de 2023.

¹⁰ A declaração de candidatura pode ser encontrada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=bzQoJdT-Sw0> Consultada a 10 de março de 2023.

¹¹ A entrevista pode ser encontrada aqui: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-rui-rio-2/> Consultada a 10 de abril de 2023.

*“Estou disponível, face às circunstâncias, para não excluir a hipótese de fazer o que o professor Marcelo fez enquanto líder do partido de deixar o Governo minoritário do engenheiro Guterres governar, ou aquilo que fez o parlamento, deixar em 1985 o governo minoritário de Cavaco Silva governar, ou aquilo que fez o PSD com Manuela Ferreira Leite e com Passos Coelho de deixar um Governo minoritário do PS governar.”*¹¹ (Rio, 2018).

Assumindo uma postura crítica face à nova conjuntura de divisão do sistema partidário, introduzida pela “geringonça”, Rui Rio revela uma preferência para entendimentos entre os partidos do “centro” político: *“De repente o PS faz um acordo à esquerda, muita gente que votou no PS se calhar não votaria se soubesse que isso seria possível. Não é muito mais transparente o que estou a fazer? (...) Entre o PS, o PSD e o CDS acho que há traços comuns que o país ganhava muito que fossem aproveitados, e não estar a inventar diferenças artificiais só para parecer muito diferente. O país tem perdido muito com isso”*¹¹ (Rio, 2018).

Dois meses depois da sua tomada de posse enquanto líder do PSD, Rio assina com Costa dois acordos formais, a propósito da descentralização e do quadro de fundos europeus 2030¹², emitindo um sinal político, relevante, de aproximação ao PS.

Na entrevista revela, ainda, “não ser do PSD”, mas do “partido de Sá Carneiro”: *“A minha referência política de sempre é o doutor Sá Carneiro. Eu não sou do PSD, eu sou do Partido do doutor Sá Carneiro.”*¹¹

Este seu posicionamento foi encarado enquanto uma tentativa, clara, de distanciamento daquela que considerava ser a imagem, desgastada, do partido.

Esta demarcação e rutura claras para com o caminho que o partido vinha seguindo motiva Rio a convidar os críticos, que discordem estruturalmente da sua direção, a sair do partido, acusando-os de *“destruir o partido”*¹³. Este clima de polarização interna, levou Rui Rio a enfrentar uma forte contestação à sua estratégia no interior do partido. Em janeiro de 2019, é convocado um Conselho Nacional extraordinário

¹² A notícia pode ser encontrada aqui: <https://www.publico.pt/2018/04/18/politica/noticia/costa-e-rio-assinam-acordos-hoje-1810701> Consultada a 20 de março de 2023.

¹³ A notícia pode ser encontrada aqui: <https://observador.pt/2018/09/07/rio-convida-criticos-a-sairem-do-psd-e-lamenta-partidarizacao-na-escolha-da-pgr/> Consultada a 23 de março de 2023.

com a votação de uma moção de censura à sua liderança. Chumbada, reforça o rumo ideológico a imprimir pela liderança de Rui Rio.

Ainda no começo de setembro de 2019, antes das eleições legislativas, Rio reafirmava que: *“Historicamente, neste ponto ou noutro, o PSD disputou eleitorado com o CDS, comigo o PSD não disputa eleitorado nenhum com o CDS. O CDS é um partido de direita — e bem, tem de haver partidos democráticos de direita —, o PSD não é um partido de direita genuinamente desde a sua fundação (...) é social-democrata, somos um partido de centro (...) Disputo eleitorado ao centro, eu disputo mais eleitorado ao PS do que com o CDS, como é evidente”*¹⁴. (5 setembro 2019) Deste modo, confirma a sua aproximação preferencial ao PS, ao centro e à esquerda, em detrimento dos partidos da direita.

Concluindo, a mudança de liderança ocorre num contexto de forte contestação interna à liderança e ao rumo ideológico proposto pela direção de Pedro Passos Coelho. Rui Rio assume a liderança dessa contestação e avança para eleições diretas com o intuito de reposicionar o PSD, ideologicamente, ao centro, admitindo que o PSD não é um partido de direita. Rio considera, ainda, que os acordos com o PS são úteis para o país e confirma a sua disponibilidade para viabilizar um governo socialista, se necessário.

4.2.1.2. Mudança de facção dominante

A partir da contextualização histórica da evolução do PSD verificamos um padrão de elevada propensão para a constituição de facções internas em torno de personalidades. Deste modo, são constituídos grupos intra-partidários que agem coletivamente enquanto um bloco interno distinto, cujos membros partilham como objetivo a eleição de determinado candidato, ou grupo de candidatos, com determinada orientação política, programática, ideológica e estratégica.

Para a aferição de uma eventual alteração da facção dominante devemos procurar, não apenas olhar para a taxa de renovação dos principais órgãos do partido, mas também para a natureza das facções em

¹⁴ Os excertos da entrevista podem ser encontrados aqui: <https://observador.pt/2019/09/05/rui-rio-nao-disputo-eleitorado-nenhum-com-o-cds/> Consultada a 20 de março de 2023.

disputa. Isto porque, um conjunto de elementos pode ser substituído por membros de uma mesma facção, ou por uma facção colaborante com a dominante, no seio da coligação partidária.

Rui Rio assumia, no ano de 2016, ainda durante a liderança de Pedro Passos Coelho, a vontade de se candidatar às eleições diretas de 2018, enfrentando o então líder social-democrata. Acusava-o, na altura, de manter uma “situação difícil” para o partido¹. Recolhia, então, um conjunto de pressões e incentivos junto de setores descontentes com a liderança de Pedro Passos Coelho e, à data, afastados da coligação dominante do partido.

Com a decisão de Pedro Passos Coelho de não se recandidatar à liderança do partido, Rui Rio decide, ainda assim, avançar. Desta feita, acabaria por enfrentar o antigo primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes. Poder-se-ia presumir que, com duas novas candidaturas, a renovação estaria assegurada. No entanto, este facto força a facção dominante do partido, associada à direção de Pedro Passos Coelho a fazer uma escolha.

Embora, claramente, com a exceção de alguns elementos, tais como Duarte Pacheco, António Topa e Adão e Silva e de João Moura, o núcleo duro do “passismo” transfere-se, maioritariamente, para Pedro Santana Lopes². Disso são prova os apoios de Luís Montenegro, Duarte Marques, Fernando Ruas, Teresa Morais, Pedro Pinto (dois ex-vice-presidentes) e o, então, líder da Juventude Social Democrata: Simão Ribeiro. Pedro Santana Lopes contou, ainda, com muitos dos deputados da bancada social-democrata - eleitos nas listas elaboradas por Pedro Passos Coelho em 2011 e 2015, fortemente ligados à sua direção, tais como Berta Cabral, Carlos Abreu Amorim, Carlos Silva, Fernando Vale, Joana Barata Lopes, Miguel Santos e Sérgio Azevedo.

Santana contava, ainda, com apoios de outros dirigentes locais, tais como António Bragança Fernandes, David Mascarenhas dos Santos, de Faro, de Beja, João Francisco Torrado, de Évora, Sónia Silva Ramos, de Santarém, Nuno Carvalho da Serra. De Castelo Branco, Manuel Frexes, e de Lisboa Área Oeste, José Francisco Damas Antunes.

Rui Rio, por sua vez, foi apoiado por um conjunto de elementos distantes da direção de Pedro Passos Coelho e fora da facção dominante, ou seja, facções “outsiders”, assim como elementos de facções participantes, não dominantes, recuperando alguns rostos emblemáticos do passado. Figuras influentes, tais como Manuela Ferreira Leite, Mira Amaral e Ferreira do Amaral, David Justino, Nuno Morais Sarmento

e Pacheco Pereira, próximos de visões mais próximas do centro e do centro-esquerda, alinharam com o ex-autarca do Porto. Entre os dirigentes apoiantes da candidatura de Rio contam-se Carlos Vieira, de Vila Real, António Machado, de Bragança, Jorge Fidalgo, de Aveiro, Salvador Malheiro, de Leiria, Rui Rocha, da Guarda, Carlos Peixoto, e, de Portalegre, Armando Varela¹⁵.

Podem retirar-se duas conclusões:

1. A facção dominante do partido, até então, apoiou, predominantemente, Pedro Santana Lopes.
2. Rui Rio foi apoiado, sobretudo, por elementos outsiders, e distantes, em relação à facção dominante vigente ou por elementos participantes, mas sobretudo não dominantes, na coligação dominante do partido.

Deste modo, a vitória de Rui Rio, por 54,15% frente a 45,85% de Santana em eleições diretas¹⁶, representou a ascensão de uma nova coligação de facções no seio da coligação dominante do partido, substituindo a facção dominante anterior. Essa substituição da facção dominante pode ser aferida recorrendo aos documentos oficiais do partido, que nos permitem aceder ao detalhe da composição dos órgãos internos do mesmo, nomeadamente da Comissão Política Nacional e do Conselho Nacional. A Comissão Política Nacional designa o núcleo duro do partido, onde se encontra a elite dominante, principal responsável pela tomada de decisão e elaboração do posicionamento do partido. No período compreendido entre 2015 e 2019, o partido realiza dois Congressos, um em 2016, ainda sob a liderança de Pedro Passos Coelho, e outro em 2018, onde toma posse a liderança de Rui Rio. Nestes, os órgãos nacionais referidos tomam posse e/ou são eleitos. Analisando a composição dos mesmos verificamos a existência de uma taxa de renovação de 100% dos elementos da Comissão Política Nacional (CPN), entre ambos. No que concerne ao Conselho Nacional, órgão eleito em congresso, cuja composição não se encontra totalmente sob alçada da nova liderança, a taxa de renovação foi, ainda assim, particularmente significativa, situando-se nos 65,72% entre Congressos¹⁷.

¹⁵ A notícia pode ser encontrada aqui: <https://www.dn.pt/portugal/rio-e-santana-dividem-apoios-nas-bases-e-entre-notaveis-do-psd-8896617.html> Consultada a 20 de março de 2023.

¹⁶ Os resultados das eleições diretas podem ser encontrados aqui: <https://www.psd.pt/index.php/pt/congressos-e-eleicoes-diretas>. Consultados em 20 de março de 2023.

¹⁷ Os cálculos foram efetuados pelo autor, com base na informação contida no site: <https://www.psd.pt/index.php/pt/congressos-e-eleicoes-diretas> Consultada a 20 de março de 2023.

Com uma renovação de 100% na CPN, sob a égide de uma nova direção proposta por Rui Rio, comprovase a substituição da facção dominante do partido⁹.

Concluindo, os dados recolhidos comprovam uma substituição, ou alteração, da facção dominante com a ascensão da liderança de Rui Rio. Esta, por sua vez, é composta por elementos críticos da estratégia e orientação ideológica seguida pela anterior direção, surgindo em contraposição à mesma.

4.2.2. Fatores externos

4.2.2.1. Alternância no governo e alteração dos padrões de interação entre os partidos

Logo após as eleições legislativas de 2015, o país experiencia uma mudança nos padrões de interação entre os partidos (nas suas considerações de coligação), e alternância partidária no governo, produzindo algo de inédito no sistema partidário português.

Até então, a ausência de cooperação entre a esquerda parlamentar era entendida enquanto uma característica central e definidora do sistema partidário português (Jalali, 2007). Desde o processo de consolidação democrática que e facto descrito ocorrera. Até 2015, os governos do PS, excluindo os de maioria absoluta, resultaram de negociações, mais ou menos formais, com os partidos do centro-direita: O PSD e o CDS-PP. O partido fundado por Sá Carneiro, por sua vez, governara sozinho, em maioria absoluta, ou em coligação formal de governo com o CDS. No entanto, no ano referido, a coligação dos partidos de centro-direita supera, em número de votos e mandatos o PS. Ainda assim, não alcança a maioria parlamentar necessária para sustentar o Governo. Empossado pelo então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, Pedro Passos Coelho é nomeado Primeiro-Ministro, de um governo minoritário, sem apoio parlamentar (Magalhães e Fernandes, 2020). Este facto levou o PSD a procurar o apoio do PS, de modo a viabilizar a governação. Inicialmente foi procurado um acordo de cariz mais informal, tendo em vista o mero apoio parlamentar do PS ao governo PSD/CDS. No entanto, a busca de entendimentos não fica por aqui. Chega a ser sugerida a participação e integração do PS no governo, tendo-lhe sido oferecida a vice-presidência do executivo. Neste contexto, a direção do PS decide romper com o padrão de interação entre os dois partidos, que se havia repetido historicamente. Os socialistas recusam apoiar, ou integrar, um governo com o centro-direita, e procuram o apoio da esquerda

parlamentar para a formação de uma maioria alternativa na Assembleia da República. Deste modo, fora quebrado o ciclo de aproximação entre o PS e o PSD, assim como o “cordon sanitaire” que separara o PS da restante esquerda (Fernandes, 2016).

Os partidos da esquerda parlamentar aprovaram uma moção de censura ao governo da coligação PSD/CDS e, na sequência da queda de Pedro Passos Coelho, António Costa é nomeado Primeiro-Ministro (Fernandes, 2016; Jalali, Moniz & Silva, 2020; Lisi, *et al*, 2020). Na prática, o novo governo resultou de uma combinação de três acordos bilaterais, aparentemente, fracos e pouco substanciais no ponto de vista do conteúdo programático, que provaram, no entanto, ser estáveis e resilientes, do ponto de vista político. Estes acordos permitiram ao governo socialista, formalmente minoritário, atingir estabilidade e solidez sem que na verdade se aproximasse da realidade de um governo de maioria absoluta. O novo governo socialista português é formalmente um governo minoritário. Os comunistas e o Bloco de Esquerda (BE) optaram por obter benefícios, ou ganhos, estritamente políticos, sem arcar com eventuais custos da obtenção de um cargo executivo, um arranjo racional para os partidos de oposição em tal situação (Fernandes, 2016). O arranjo parlamentar, vulgarizado enquanto *geringonça*, pode ser descrito enquanto um exemplo de "parlamentarismo contratual", tal como proposto por Bale e Bergman. Por outras palavras, embora o governo incorpore um formato minoritário, as relações com os partidos de 'apoio' são parcial, ou amplamente, institucionalizadas (Fernandes, 2016; Jalali, Moniz & Silva, 2020; Lisi, *et al*, 2020).

Os dois partidos da mais à esquerda tornam-se "membros de facto" de uma coligação. Considere-se, a título de exemplo, o facto de os três partidos haverem estabelecido uma reunião de coordenação semanal que pode ser equiparada a um mecanismo de governação de coligação, com o intuito de lidar com a formulação de políticas e reduzir os riscos potenciais de uma situação em que partidos apresentassem elevados níveis de assimetria de informação, entre si. (*ibidem*, 2020).

Esta solução governativa (2015–19) constitui um exemplo de parlamentarismo contratual. O artigo de Fernandes, Magalhães & Santana (2018) demonstrou como é possível encontrar, essencialmente, duas tipologias distintas de parlamentarismo contratual. A partir deste artigo é aparente a distinção entre parlamentarismo contratual fraco e forte, sendo a “geringonça” (2015-2019), um exemplo de parlamentarismo contratual fraco, na opinião dos autores (Jalali, *et al*, 2020).

A natureza fraca desta solução parlamentar de suporte governativo explica o porquê da progressiva retração da possibilidade acordos entre os partidos ao longo da legislatura, à medida em que a popularidade do governo, e do PS, ia aumentando, conferindo-lhe, paulatinamente, maior peso relativo no ato negocial,.

No entanto, o processo de formação do governo representou, deste modo, uma "separação de águas" no sistema partidário português. Este facto denuncia, per si, um exemplo de mudança no sistema partidário na medida em que representou uma alteração nos partidos com acesso a cargos ou influência governativa (Jalali, *et al*, 2020; Lisi, *et al*, 2020).

Por sua vez, ao optar por negociar com os partidos de extrema-esquerda, os socialistas abriram caminho para uma mudança na estrutura do sistema partidário, encerrando uma competição baseada na exclusão total ("cordon sanitaire") dos comunistas e do BE, alterando o padrão de interação entre os partidos até então estabelecido (Fernandes, 2016).

Resumindo, esta solução política, popularizada enquanto *geringonça*, provocou o afastamento do PSD do poder ao implicar transformações imediatas no sistema partidário, tais como a negociação do PS com a esquerda parlamentar, e a recusa em apoiar o partido mais votado no ato eleitoral.

Para além do afastamento imediato do governo, o entendimento à esquerda impõe um conjunto de novas reflexões estratégicas ao PSD. A *geringonça* reforçou o debate interno em curso sobre o seu posicionamento ideológico: ou se deve posicionar mais à direita, em clara oposição à *geringonça*, procurando impedir a dispersão de votos à direita, a que a nova realidade poderia levar, ou deve procurar um terreno ideologicamente mais centrista e cooperar com o PS, de modo a reaproximar os dois partidos, contrariando a divisão entre blocos, introduzida pela nova solução governativa. (Jalali, *et al*, 2020).

4.2.2.2. Ascensão de novos partidos políticos

Neste período, pelo novo dilema presente no espaço político, à direita, e pelas respostas divergentes que emergiram no seu ceio, o sistema partidário português conheceu um feito inédito de ter, a concorrer nas eleições legislativas de 2019, um número recorde de partidos: 21. Entre estes, contam-se novas formações políticas de direita, rivais do PSD, que surgem, em grande medida de cisões no seu ceio (Fernandes e Magalhães, 2020). A primeira é a A (Aliança). Pouco depois de perder as eleições diretas

e tentar uma subtil aproximação à candidatura vencedora, Pedro Santana Lopes formou o partido referido, com o intuito, precisamente, de apelar aos eleitores descontentes com a opção estratégica, tomada por Rui Rio de optar pela aproximação ao PS. Ter um ex-primeiro-ministro no comando granjeou ao Aliança consideravelmente mais atenção dos média, do que outros partidos sem assento parlamentar. O novo partido, fundado por Santana, integrava vários ex-dirigentes do PSD a nível local e regional (e.g. Luís Cirilo, de Guimarães, entre outros como o ex-secretário-geral adjunto do PSD), levando consigo ex-elementos do PSD e criando expectativas de que pudesse fazer incursões eleitorais significativas no seu eleitorado (Jalali, *et al*, 2020).

Em segundo lugar, contamos com o surgimento do Chega (CH), que se afirmou enquanto um partido populista de direita radical (Fernandes e Magalhães, 2020; Lisi, *et al*, 2020). Formalizado em abril de 2019, o Chega foi, em larga medida, um projeto pessoal de André Ventura. Anteriormente uma figura relativamente desconhecida no aparelho do partido, Ventura ia aumentando a sua notoriedade no comentário futebolístico televisivo. Foi, no entanto, na campanha para as eleições autárquicas de 2017 que a sua figura alcança maior destaque mediático. Enquanto candidato do PSD a autarca de Loures, em Lisboa, Ventura teceu comentários, não habituais nos principais partidos do país, de teor racista. Alegou, por exemplo, que Portugal era “muito tolerante com algumas minorias”, particularmente para com a etnia cigana, e que “os ciganos vivem quase exclusivamente de subsídios do Estado”, não respeitando o Estado de direito (Jalali, *et al*, 2020). Esta polémica provocou ruturas na coligação que, até então, o apoiava, motivando a retirada de apoio, por parte do CDS-PP, e motivando alguma tensão interna no ceio do PSD, que viria a manter o apoio ao candidato.

Em setembro de 2018, no entanto, Ventura voltou a ganhar algum destaque mediático, quando iniciou um processo de recolha de assinaturas com o intuito de afastar Rui Rio da liderança do partido. Ventura assumia-se, portanto, enquanto o rosto de alguns descontentes com o posicionamento ideológico e rumo da liderança de Rui Rio. No início de outubro, do mesmo ano, Ventura deixou o PSD, alegando ter sido “traído e apunhalado pelas costas”, e começou a formar o seu próprio partido (*Ibidem*, 2020). Como descreveu Ventura numa entrevista ao El País, “somos um partido anti-sistema”, “um partido do povo, não das elites, das pessoas que sofrem com o sistema atual” (Del Barrio, 2019). O partido apresentou uma forte ênfase em questões de lei e ordem (por exemplo, defendendo a castração química de agressores sexuais e a introdução da prisão perpétua) e nativismo (por exemplo, condenando o

'politicamente correto' e o 'marxismo cultural'), condizente com o tipo populista de direita radical definido por Mudde & Kaltwasser (2017).

O terceiro partido da Direita que merece destaque foi o IL (Iniciativa Liberal). Fundado em 2017, a IL posicionou-se inicialmente como social, política e economicamente liberal, defendendo não apenas as políticas de livre mercado, mas também a redução da interferência em assuntos individuais (ou de costumes), como por exemplo, defendendo a coadoção por casais homossexuais e o aborto (Oliveira, 2017). No entanto, na véspera das eleições de 2019, foi o seu posicionamento, a propósito da economia que alcançou destaque. De facto, o manifesto do partido de 2019 foi quase inteiramente focado na redução do papel e do tamanho do Estado, praticamente sem referências à extensão das liberdades individuais. Este facto deve-se, em grande medida à liderança de Carlos Guimarães Pinto, um jovem académico e consultor de economia que veio do meio de blogs políticos liberais (Jalali, *et al*, 2020).

Vale a pena notar que estes três novos adversários à direita podem ser amplamente atribuídos às transformações introduzidas no sistema partidário, com a formação da *geringonça*, e à liderança de Rui Rio. Na ausência dessa cooperação de esquerda e da continuidade do governo Passos Coelho após 2015, parece altamente improvável que estes partidos tivessem surgido, ou alcançassem o mesmo destaque (*Ibidem*, 2020). No caso da Aliança e do Chega, parece bastante certo que os seus fundadores não teriam saído do PSD se este estivesse no governo, ou se o rumo do seu partido não se houvesse alterado. Quanto ao IL, o seu programa económico, não teria alcançado o mesmo espaço mediático se Passos Coelho se tivesse mantido no cargo, com um posicionamento idêntico, desse ponto de vista. A *geringonça* abriu espaços à direita, colocou novos desafios no sistema partidário e os atores foram ocupando esses espaços mediante as respostas que iam assumindo. Claro está que, o PSD, liderado por Rui Rio, lidou com cisões internas que canalizaram parte da contestação interna para novos partidos. Esta externalização da crítica interna pode ter fortalecido a posição do líder Rui Rio, que, ao “remover” deste modo os opositores internos, mais à direita, ganha espaço interno para centrar o partido e implementar a sua estratégia inicial, ao mesmo tempo que liberta espaço à direita, que favorece a radicalização desses partidos num terreno que não pretendia ocupar.

4.2.2.3. Resultado Eleitoral negativo do partido

Nas eleições legislativas de 2015, depois da aplicação do programa de ajustamento financeiro, o PSD liderado por Pedro Passos Coelho, concorreu em coligação com o seu parceiro de governo, o CDS-PP:

Portugal à Frente (PAF). Apesar de um clima de forte contestação social, a coligação viria a alcançar o primeiro lugar nas eleições. Ainda assim, o resultado obtido pela soma das duas formações do centro-direita, 36,86%, ficara bastante aquém dos mais de 50% obtidos em 2011¹⁸. A coligação PAF não conseguiu superar, se quer, o resultado isolado do PSD em 2011, 38,65%¹⁰. Este ato eleitoral outorga ao partido liderado por Pedro Passos Coelho o maior grupo parlamentar (89 deputados), na Assembleia da República, embora bastante longe da maioria absoluta.

Apesar de ter superado o PS, o resultado eleitoral de 2015 resultou em perda de votos, de mandatos e, em última instância, do poder. Ainda assim, Pedro Passos Coelho segue na liderança do partido, agarrado à vitória eleitoral obtida. No entanto, Passos viria a enfrentar um novo ato eleitoral em 2017, desta vez, autárquico (Fernandes & Magalhães, 2020). Embora, normalmente, mais distante das dinâmicas associadas ao poder central, o ato eleitoral autárquico de 2017 decorreu num contexto muito particular. A popularidade do Governo minoritário do PS, com apoio da esquerda parlamentar, estava em alta. O desempenho económico positivo granjeava maior credibilidade ao Primeiro-Ministro António Costa, que enfrentava o seu primeiro teste eleitoral enquanto líder do Governo. Pedro Passos Coelho assume uma postura pró-ativa na escolha dos candidatos do partido, nomeadamente, nas autarquias de Lisboa e Porto. As escolhas diretamente impostas pela sua liderança foram encaradas enquanto um reflexo e um teste à mesma. Os resultados demonstraram-se catastróficos: O PSD não apenas não vence, como nem ocupa o lugar de liderança da oposição nas duas autarquias. O terceiro lugar no Porto¹⁹(com apenas 10, 39%), e sobretudo, em Lisboa¹¹ (obtendo 11,22%, atrás do seu antigo parceiro menor de coligação que obteve 20,59%), foram entendidos enquanto responsabilidade da direção do partido¹⁰. Para além dos cenários locais apontados, do ponto de vista nacional, o partido enfrentou o seu pior resultado de sempre, batendo o record negativo alcançado em 2013.

Concluindo:

1. O PSD superou o PS, nas eleições legislativas de 2015, perdendo, no entanto, mandatos na Assembleia da República, assim como a maioria de governo, obtendo um pior resultado para o partido, em relação a 2011.

¹⁸ A fonte pode ser consultada em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2011/> . Consultada a 20 de março de 2023.

¹⁹ A fonte pode ser consultada em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2017/> . Consultada a 20 de março de 2023.

2. O PSD enfrentou um desaire eleitoral nas eleições autárquicas de 2017, obtendo o seu pior resultado de sempre, ficando em terceiro lugar em Lisboa e no Porto onde os candidatos haviam sido impostos pela direção do partido (fação dominante).

4.2.2.4. Choque externo

Tal como a história do partido demonstra, o PSD desenvolveu-se a partir de uma ligação precoce ao poder. Evidentemente que, num sistema político como o português, o acesso ao poder, neste caso a cargos executivos depende do número de votos obtidos pelo partido. Todos os partidos pretendem aumentar o número de votos. No entanto, é o acesso ao governo, o seu objetivo principal. Historicamente, a ligação dos partidos ao governo não promove um clima propenso a mudanças de liderança e transformações internas.

No caso dos dados recolhidos, torna-se visível que, embora houvesse superado o PS em número de votos, em 2015, o PSD foi afastado do poder por uma coligação inédita, que afastou o PS de uma dinâmica de entendimento com o PSD. Este afastamento do partido do poder foi visto como potencialmente transitório, no começo, onde se via como altamente improvável a estabilidade do governo minoritário do PS. Este facto manteve Pedro Passos Coelho, condicionalmente, na liderança do PSD, na esperança de um regresso rápido ao executivo. No entanto, a contestação interna começou de imediato e o partido sofre um choque que o coloca, desde o primeiro momento, sob um novo dilema estratégico.

A estabilidade da solução governativa, aliada ao pior resultado de sempre dos social-democratas em eleições autárquicas, confirmam o afastamento do partido do governo, assim como de uma parte significativa de autarquias. O PSD sofre, deste modo, um choque-externo, ou seja, um estímulo externo que impacta, diretamente, o objetivo primário do partido: o acesso ao governo.

4.3. Discussão dos resultados

A lógica da análise decorre do sentido das perguntas de investigação levantadas na presente dissertação. Deste modo, esta obedece a uma vertente descritiva e, outra, explicativa.

À pergunta: como se transformou o posicionamento ideológico do PSD, entre 2015 e 2019? Respondemos com a descrição da evolução da transformação ideológica do partido.

No caso, as diferentes fontes sustentam as mesmas conclusões. O partido evoluiu no sentido da aproximação ao centro político, apresentando o valor mais à esquerda do século, no que diz respeito ao seu posicionamento ideológico geral. O mesmo ocorre no que diz respeito ao seu posicionamento em relação à intervenção do estado na economia. Apenas no eixo da “new politics” é que o partido varia ligeiramente para a direita. No entanto, é de destacar que, no caso, o PSD apenas se aproxima dos valores normais obtidos pelo partido nesta dimensão ao longo do século, não ocorrendo, portanto, uma transformação significativa face à norma do partido.

Parte da literatura, orientada por paradigmas de índole sistémica, previa, no entanto, um padrão de radicalização, à direita, por parte desta tipologia de partidos, no que diz respeito ao eixo mencionado, prevendo uma radicalização em matéria de imigração. Ora, os dados revelam que o PSD apresenta, igualmente, uma aproximação ao centro neste domínio, contradizendo a expectativa avançada por Bale & Kaltwasser (2021).

Os dados que descrevem a transformação ideológica do PSD corroboram a falibilidade de abordagens sistémicas, orientadas para o longo-prazo, incapazes de atender às especificidades contextuais dos partidos de centro-direita e de prever o seu comportamento. Ao escapar às predições da abordagem mencionada, a realidade do PSD corrobora a evidência de que estes partidos têm evoluído de um modo profundamente heterogéneo entre si e que a explicação do fenómeno requer modelos de análise que atendam a fatores contextuais internos e externos.

A evidência da transformação ideológica do PSD leva à necessidade de encarar o fenómeno, não enquanto resultado de um processo passivo, de adaptação sistémica, mas como decorrente do modo como o partido interpreta o conjunto de estímulos que o rodeia. Ou seja, é necessário acautelar, para além de fatores contextuais externos, fatores internos (oriundos das dinâmicas e equilíbrios internos).

Este ponto conduz-nos diretamente à vertente explicativa da análise, orientada pela segunda pergunta de investigação: Que fatores explicam a transformação ideológica do PSD, entre 2015 e 2019?

A análise comprova a validade da abordagem seguida. Esta contribui, do ponto de vista analítico para a explicação do fenómeno da transformação ideológica recente dos partidos de centro-direita e do PSD, em particular.

Os resultados confirmam que um conjunto de fatores externos, como o surgimento de novos partidos, a alteração dos padrões de interação e alternância no governo, assim como os resultados eleitorais do PSD promovem a ocorrência de transformações ideológicas no sentido do recentramento do partido.

Em particular, os resultados eleitorais e o afastamento do partido do poder, com a recusa do PS a um entendimento, ao impactarem o principal objetivo do partido, o acesso ao poder, promovem a ocorrência de um choque externo que potencia o impacto da mudança. De acordo com o modelo teórico de análise, a combinação destes fatores comprova a existência de um contexto altamente favorável à transformação do posicionamento ideológico do partido.

Os factos apresentados reacendem clivagens marcantes do ponto de vista ideológico, fracionando o PSD entre fações distintas. Os maus resultados eleitorais obtidos pelo PSD e o seu afastamento do governo são um fator que dá força a fações excluídas da coligação dominante para a inversão do sentido ideológico da coligação dominante. No entanto, sem atender a fatores internos (aos equilíbrios internos) não conseguimos explicar o modo como estas se afirmam e confirmam, internamente.

Ao conjunto de fatores externos, que explicam o surgimento e a força de uma visão ideológica alternativa, o partido responde com uma alteração de liderança resultante de um confronto entre fações distintas. A substituição da fação dominante, altera o posicionamento da coligação dominante do partido que, assim, implementa a nova estratégia.

A explicação da transformação ideológica do PSD só é conseguida através do recurso a fatores contextuais, por oposição a modelos de análise sistémicos ou sociológicos, como os propostos por Bale e Kaltwasser (2021), assim como modelos explicativos de índole temática.

Conclui-se, igualmente, que os fatores contextuais a ter em conta para a validade da análise são externos e internos. Apenas através da combinação dos dois é possível compreender a dimensão e o sentido da transformação ideológica do partido.

O quadro explicativo proposto, supre, deste modo, as insuficiências apresentadas por algumas das abordagens previamente aplicadas, como a de Tiago & Patrícia Silva (2019). Embora esta detivesse (noutro horizonte temporal) a sua atenção sobre a mudança de liderança e os resultados eleitorais do partido, ignora os restantes fatores contextuais e equilíbrios internos (mudança de fação dominante) e

os restantes fatores externos (interações entre partidos, ascensão de novos rivais à direita, e a alternância partidária no governo), assim como a conexão explicativa que se estabelece entre os mesmos.

A análise comprovou, igualmente, que a combinação dos fatores varia consoante o contexto do partido. Nem todos os fatores externos, ou internos, necessitam de ocorrer para que ocorra a transformação ideológica. É, no entanto, mediante a combinação variável destes fatores, que se torna possível explicar o sentido dessa transformação. Confirma-se, ainda, a expectativa do modelo teórico de que a ocorrência de fatores que impactem o principal objetivo do partido potenciam a transformação ideológica, aumentando a sua magnitude.

No caso do PSD, todos os fatores verificados contribuem, de igual modo, para a explicação cabal do processo através do qual a alternativa interna é formada até à sua consagração.

CONCLUSÃO

Olhar o fenómeno da transformação ideológica dos partidos de centro-direita, perceber como evoluem, num contexto de mutação dos sistemas partidários da Europa ocidental, permite-nos perceber como reagem aos desafios que enfrentam no atual contexto. O rumo seguido por estes, que constituem um dos pilares dos sistemas democráticos europeus, confunde-se com o próprio rumo da ordem liberal e democrática, no Velho Continente.

Caracterizados pelo seu papel indispensável na integração de diversas correntes de direita no seu seio, este conjunto de partidos vem sendo marcado por uma heterogeneidade vincada. O caso do PSD, português, é ainda mais paradigmático. Fruto do contexto histórico e político da sua fundação e consolidação, o partido em questão é caracterizado por uma particular indefinição ideológica, o que o tornou historicamente mais volátil à evolução do contexto político.

Embora particularmente secundarizado, o estudo destes partidos tem sido marcado por um conjunto de perspetivas que, ou pelo foco em transformações sociológicas e sistémicas (consequentemente, em fatores externos de longo-prazo), ou pelo afinilamento temático da análise do posicionamento destes partidos, através de perspetivas “*issue based*”, têm ignorado a análise assente em fatores contextuais externos e internos, que permitam descer ao nível do partido.

Esta análise tem a vantagem de, ao afastar a noção de um rumo unívoco no sentido de transformação destes partidos, compreender os padrões de transformação ideológica profundamente heterogéneos, entre os mesmos.

É neste contexto que são formuladas as duas questões de investigação: Como se transformou o posicionamento ideológico do PSD, entre 2015 e 2019?; Que fatores explicam a transformação ideológica do PSD, entre 2015 e 2019?

Estas, no seu conjunto, comportam uma vertente descritiva e explicativa do fenómeno da transformação ideológica do PSD.

Por sua vez, as conclusões dizem-nos que o PSD evoluiu no sentido de um posicionamento ideológico mais centrista, oscilando para a esquerda nos domínios do posicionamento ideológico geral.

Estes valores representam uma transformação relevante, na medida em que se tornam os mais à esquerda obtidos pelo partido desde o começo do século.

Note-se que, o PSD apresenta uma oscilação à direita, aproximando-se do posicionamento normal apresentando pelo partido durante este século, no que diz respeito à clivagem da “new politics”. No entanto, apresenta, igualmente, uma oscilação à esquerda no que diz respeito à imigração- comprovando que a transformação observada na grande dimensão, mencionada anteriormente, não se deve ao endurecimento do posicionamento do partido em relação a esta questão, como expectado pela abordagem de Bale & Kaltwasser.

Resumindo, o posicionamento ideológico do PSD oscilou, de um modo relevante, para a esquerda, durante o período compreendido entre 2015 e 2019, convergindo para uma posição, em geral, mais centrista do partido.

Em resposta à segunda questão de investigação, é desenvolvida a explicação do fenómeno a partir da aplicação do quadro analítico proposto.

Este sustenta que a transformação ideológica do PSD decorre da conjugação de fatores contextuais externos (alteração dos padrões de interação entre os partidos; ascensão de novos partidos; alternância partidária no governo e resultados eleitorais negativos) e fatores contextuais internos (mudança de liderança e mudança de facção dominante).

É, apenas, através da combinação de fatores que pode ser explicada a dimensão e o sentido do processo de transformação ideológica do partido, entre 2015 e 2019.

O afastamento do poder, em 2015, resultante da alternância partidária no governo e dos resultados eleitorais do partido, promovem, ao afetar o principal objetivo do mesmo, a ocorrência de um choque externo. Este, por sua vez, não explica por si só a transformação do posicionamento ideológico do PSD, mas cria condições para que ela existe e seja significativa, tal como confirmado empiricamente.

No entanto, é necessário ter em conta as opções estratégicas e conflitos internos decorrentes da alteração dos padrões de interação entre os partidos, através da decisão do PS de não apoiar o governo PSD/CDS, derrubando o “cordão sanitário” à sua esquerda, e da ascensão de novos partidos, à direita.

Esta conjuntura, conjugada com os resultados eleitorais do partido, faz ressurgir tensões internas e novas fações, que, como sugere o modelo de análise, favorecem a inversão do rumo ideológico da coligação dominante. Destas tensões resulta a alteração da liderança e da fação dominante do partido, que explicam o sentido imprimido à mudança referida, comprovada pelos dados empíricos recolhidos. Deste modo, no caso do PSD, fica evidente que a ocorrência de fatores que impactem o principal objetivo do partido potenciam a dimensão da mudança, mas, no entanto, nem todos os fatores contextuais externos precisam de ser verificados para que esta ocorra. Salienta-se, ainda, que não é possível, no caso do partido analisado, destacar determinados fatores enquanto os mais relevantes para o sentido da transformação ideológica. No caso, o recentramento ideológico ocorrido entre 2015 e 2019 só pode ser compreendido através da conjugação de todos os fatores observados.

O quadro analítico desenvolvido a partir do modelo teórico de análise da Teoria integrada dos objetivos e mudança partidária, contribuindo para a sistematização dos contributos dispersos na literatura referentes a fatores contextuais internos e externos que motivam a transformação ideológica dos partidos, provou-se útil para compreensão do fenómeno em causa.

Pensando futuras avenidas de investigação, a partir deste último pode ser possível compreender de que modo e porque os partidos, em particular os de centro-direita, na atualidade, se têm transformado ideologicamente de um modo tão distinto, sendo essa análise vital para o futuro dos sistemas democráticos europeus. Em última análise, aferir da validade da categoria de centro-direita, compreendendo se se aplica ao posicionamento dos partidos que, assim, se autodenominam.

Deste modo, a evolução para um estudo comparativo, permitiria testar diferentes combinações de fatores explicativos, inclusivamente, compreender as diferenças de impacto entre os mesmos.

A análise pode inclusivamente importar noções desenvolvidas no estudo das agendas dos partidos, procurando entender, para além de características ideológicas, aspetos de agenda política mais concretos, que impactam as estratégias eleitorais destes partidos.

No que confere ao quadro analítico, é possível, através do teste empírico de novos fatores contextuais internos e externos, aprimorar o contributo de sistematização analítica, já válido, que este oferece. Destaco, em particular, a necessidade de testar fatores internos relacionados com aspetos relacionados com a organização interna dos partidos, relevantes para a compreensão dos equilíbrios institucionais,

tais como o nível de democraticidade interna. Testar formulas credíveis de aferição destes fatores pode ser relevante para que se continuem a dar passos significativos no sentido da compreensão das dinâmicas internas dos partidos, que nos permitem explicar o modo como as decisões internas (entre as quais a do posicionamento ideológico) são tomadas.

A adoção de uma outra metodologia de análise, *Qualitative Comparative Analysis (QCA)*, no âmbito de um futuro estudo comparado, permitiria melhorar a compreensão do nexu casual estabelecido entre fatores que explicam a transformação ideológica desta tipologia de partidos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

JN. (2016). Rui Rio admite candidatura à liderança do PSD. <https://www.jn.pt/nacional/rui-rio-admite-candidatura-a-lideranca-do-psd-5490387.html> Consultada a 20 de março de 2023.

Rio, R. (2017). Discurso de apresentação da Candidatura à Presidência do PSD. <https://www.youtube.com/watch?v=bzQoJdT-Sw0> Consultada a 10 de março de 2023.

RTP. (2018). Entrevista a Rui Rio. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-rui-rio-2/>. Consultada a 10 de abril de 2023.

Lusa, A. (2019). Rui Rio: "O PSD não é um partido de direita". <https://observador.pt/2019/09/05/rui-rio-nao-disputo-eleitorado-nenhum-com-o-cds/> Consultada a 20 de março de 2023.

Fontes Secundárias

Abdou, H., Leila., Bale. T., & Andrew G. (2021). Centre-Right Parties and Immigration in an Era of Politicisation. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, February, 48(2), 327-340.

Abou-Chadi, T., & Krause, W. (2020). The Causal Effect of Radical Right Success on Mainstream Parties' Policy Positions: A Regression Discontinuity Approach. *British Journal of Political Science*, 50(3), 829-847.

Accetti. C. (2019). *What Is Christian Democracy? Politics, Religion and Ideology*. Cambridge; New York, Ny: Cambridge University Press.

Adams, J. (2012). Causes and Electoral Consequences of Party Policy Shifts in Multiparty Elections: Theoretical Results and Empirical Evidence. *Annual Review of Political Science*, 15(1), 401-419.

Bale, T., & André K. (2013). Down but Not Out: A Comparison of Germany's CDU/CSU with Christian Democratic Parties in Austria, Belgium, Italy and the Netherlands. *German Politics* 22 (1-2), 16–45.

Bale, T., & Rovira Kaltwasser, C. (2021). *Riding the Populist Wave: Europe's Mainstream Right in Crisis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bergman, M., & Henry F. (2021). Broad-Appeal Agendas: Issue Diversity and the Centre-Right's Electoral Success. *Electoral Studies* 70.

Bobbio, N. (1996). *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*. London: Polity Press.

Breyer, M. (2022). Populist positions in party competition: Do parties strategically vary their degree of populism in reaction to vote and office loss? *Party Politics*.

Del Barrio, J. (2019). 'André Ventura, el ultraderechista portugués'. *El País*. https://elpais.com/internacional/2019/12/12/actualidad/1576187485_020229.html. Consultada a 20 de abril de 2023.

De Sousa, M. (2000). *A Revolução e o Nascimento do PPD*. Vol I, Lisboa: Bertrand.

De Vries, C., Hobolt, S. (2020). *Political Entrepreneurs: The Rise of Challenger Parties in Europe*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Fagerholm, A. (2016). Why Do Political Parties Change their Policy Positions? A Review. *Political Studies Review*, 14(4), 501–511.

Fernandes, J. (2016). The seeds for party system change? The 2015 Portuguese general election. *West European Politics*, 39(4), 1-11

Fernandes, J., Magalhães, P., & José, S. (2018). Portugal's Leftist Government: From Sick Man to Poster Boy?. *South European Society and Politics*, 23(4), 503-524.

Fernandes, J., & Pedro M. (2020). The 2019 Portuguese general elections. *West European Politics*, 43(4), 1038-1050.

Fernandez-Vazquez, P., & Somer-Topcu, Z. (2019). The Informational Role of Party Leader Changes on Voter Perceptions of Party Positions. *British Journal of Political Science*, 49(3), 977-996.

Figueiredo, R. (2004). *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995) a pós-consolidação do regime democrático*. Lisboa: Hugin Editores.

Frain, M. (1996). O PSD como partido dominante em Portugal. *Análise Social*. Xxi. (138).

Freire, A. (2015). Left-right ideology as a dimension of identification and competition. *Journal of Political Ideologies*, 20(1), 43-6.

Gidron, N.; & Ziblatt, D. (2019). Center-Right Political Parties in Advanced Democracies. *Annual Review of Political Science*, 22(1): 17–35.

Gidron, N. (2020). Many Ways to Be Right: Cross-Pressured Voters in Western Europe. *British Journal of Political Science*, 52(1), 146-161.

Glenn, B., & Steven T. (2011). *Conservatism and American political development*. Oxford University Press.

Green-Pedersen, C. (2019). *The Reshaping of West European Party Politics: Agenda-Setting and Party Competition in Comparative Perspective*. Oxford: Oxford University Press.

Harmel, R., & Janda, K. (1994). An Integrated Theory of Party Goals and Party Change. *Journal of Theoretical Politics*. 6(3), 259-287.

Hooghe, L., Marks, G., & Wilson, C. (2002). Does Left/Right Structure Party Positions on European Integration? *Comparative Political Studies*, 35(8), 965–989.

Ignazi, P. (1992). “The Silent Counter-Revolution: Hypotheses on the Emergence of Extreme Right-Wing Parties in Europe”. *European Journal of Political Research*, 22(1), 3–34.

Jalali, C., & Marcos L. (2009). “Weak societal roots, strong individual patrons? Patronage & party organization in Portugal”. *Revista Enfoques: Ciencia Política e Administración Pública*, 7(11), 449.

Jalali, C., Moniz, J., & Silva, P. (2020). In the Shadow of the “Government of the Left”: The 2019 Legislative Elections in Portugal. *South European Society and Politics*, 25(2), 229–255.

- Janda, K. (1990). *Toward A Performance Theory of Change in Political Parties*.
- Jensen, C. (2014). *The Right and the Welfare State*. Oxford University Press.
- Kalyvas, S. (1996). *The Rise of Christian Democracy in Europe*. Cornell University Press.
- Kitschelt, H. (1994). *The transformation of European social democracy*. Cambridge University Press.
- Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschier, S., & Frey, T. (2008). West European Politics in the Age of Globalization. In *Cambridge University Press*. Cambridge University Press.
- Lisi, M. (2011). *Os partidos políticos em Portugal: continuidade e transformação*. Coimbra: Almedina.
- Lisi, M., Sanches, E., & Jayane, M. (2020). Party System Renewal or Business as Usual? Continuity and Change in Post-Bailout Portugal. *South European Society and Politics*, 25(2), 179-203.
- Lopes, F., & Freire, A. (2002). *Partidos políticos e sistemas eleitorais*. Celta.
- Marchi, R. (2015). *As direitas na democracia portuguesa: origens, percursos e novos desafios*. Lisboa: Texto Editora.
- Mudde, C. (2013). Three Decades of Populist Radical Right Parties in Western Europe: So What? *European Journal of Political Research*, 52(1), 1–19.
- Mudde, C., & Rovira, K. (2017). *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford University Press.
- Mudde, C. (2019). *The Far Right Today*. Polity Press.
- Oliveira, O. (2017). ‘Eles chegaram. “Não vamos arranjar um nome fofinho, somos liberais”’, 29 September. Sábado. <https://www.sabado.pt/portugal/politica/detalhe/eles-chegaram-nao-vamos-arranjar-um-nome-fofinho-somos-liberais>. Consultada a 20 de abril de 2023.

Reiljan, A., Kutiyski, Y., & André K. (2019). Mapping Parties in a Multidimensional European Political Space: A Comparative Study of the EUvox and Euandi Party Position Data Sets. *Party Politics*, 26(5), 651–663.

Rydgren, J. (2007). The Sociology of the Radical Right. *Annual Review of Sociology* 33, 241–62.

Sartori, G. (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, 64(4).

Schumacher, G., de Vries, C. and Vis, B. (2013). Why Do Parties Change Position? Party Organization and Environmental Incentives. *The Journal of Politics*, 75(2), 464-477.

Schumacher, G., & van Kersbergen, K. (2016). Do mainstream parties adapt to the welfare chauvinism of populist parties? *Party Politics*, 22(3), 300–312.

Silva, P., Silva, T., Ribeiro, V., Pereira, J., & Cunha, A. (2019). *Breve história do Partido Social Democrata*. Coleção representar os Portugueses. 100Folhas.

Skowronck, S. (2009). The Conservative Insurgency and Presidential Power: A Developmental Perspective on the Unitary Executive. *Harvard Law Review*, 122(8), 2070–2103.

Tarrow, S. (2010). The Strategy of Paired Comparison: Toward a Theory of Practice. *Comparative Political Studies*, 43(2), 230–259.

Tavares, R. (2015). *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI*. Tinta-Da-China.

Wagner, M. (2011). The Right in the European Parliament since 1979. *Perspectives on European Politics and Society*, 12 (1), 52–67.

Ziblatt, D. (2017). *Conservative Parties and the Birth of Democracy*. Cambridge University Press.